

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 147/148

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE OUTUBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltoninho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE OUTUBRO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Ademir Bier e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs CTL/SEEG/188, 189, 190, 191, 192, 193, 194 e 195/2000, do senhor governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

115/2000: Da Procuradoria Geral de Justiça que, dá nova redação ao artigo 5º, da Lei nº 11.078, de 29 de março de 1995, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.948. **Anote-se - Arquivo-se.**

220/2000: De autoria do deputado Nelson Justus que, dá nova redação ao inciso XXXIII, do artigo 1º, da Lei nº 4.245, de 28 de julho de 1960, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.949. **Anote-se - Arquivo-se.**

292/2000: Do Poder Executivo que, altera, conforme especifica, composição de fontes de recursos no valor de R\$14.899.381,00 ao Orçamento Geral do Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.950. **Anote-se - Arquivo-se.**

298/2000: Do Poder Executivo que, procede conversão entre fontes de recursos orçamentários da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, no valor de R\$346.200,00 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.951. **Anote-se - Arquivo-se.**

299/2000: Do Poder Executivo que, aprova, conforme especifica, ajuste orçamentário e altera composição de fontes no Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$210.000,00, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.952. **Anote-se - Arquivo-se.**

301/2000: Do Poder Executivo que, aprova ajuste orçamentário de R\$140.000,00, na forma que especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.953. **Anote-se - Arquivo-se.**

300/2000: Do Poder Executivo que, dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 12.941, de 05 de setembro de 2000, que trata de cessão de imóvel à Organização Mundial da Família - América Latina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.954. **Anote-se - Arquivo-se.**

040/2000: De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que, dispõe que os créditos tributários referentes ao IPVA, as multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do Detran, poderão ser parcelados em até 12 (doze) vezes, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.955. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 371/2000, do senhor Walter Alves de Souza, secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado Neivo Beraldin, que pede esclarecimentos sobre “Comportamento financeiro do Banestado”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº 372/2000, do senhor Walter Alves de Souza, secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelos deputados Ademir Bier, Antonio Annibelli, Irineu Colombo, Nereu Moura, Edson Strapasson e Caíto Quintana, que pedem esclarecimentos sobre “Contratos de empréstimos contraídos junto ao Banco Central do Brasil para saneamento do Banestado”. **Ao conhecimento dos senhores deputados interessados.**

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 2034**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei nº 031/99, que institui o Bônus Verde-Paraná Mais Limpo e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2059

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 106/2000, item 11, em 1ª discussão, de minha autoria, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2060

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 sessões, do Projeto de Lei nº 213/2000, item 12, em 1ª discussão, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito - Roubo de Cargas, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestões do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 228/99 e 12/2000, por tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2065

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2036

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do desembargador aposentado, doutor Alceu Conceição Machado, ocorrido dia 25 de outubro, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 75 anos de idade, faleceu nesta Capital dia 25 de outubro, o desembargador aposentado, doutor Alceu Conceição Machado, que era viúvo de Cilene da Costa Machado e deixa dois filhos.

Alceu Conceição Machado foi presidente do Tribunal de Justiça no biênio 83/84, quando foi criado o Conselho de Conciliação e Arbitragem, que deu origem aos Juizados Especiais, a Escola de Magistratura e o Fundo de Saúde do Servidor do Poder Judiciário - FUNSEP. Era aposentado desde 1988.

O passamento do doutor Alceu Conceição Machado veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles este deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu Servo Alceu.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Alceu Conceição Machado e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do doutor Alceu Conceição Machado, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Alceu Conceição Machado sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Machado, endereçando

a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2055

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, a família enlutada do doutor Alceu Conceição Machado, desembargador aposentado, falecido nessa Capital em data de ontem.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Caíto Quintana e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, em data de ontem o doutor Alceu Conceição Machado, aos 75 anos.

Homem dedicado ao Direito, presidiu o Tribunal de Justiça do Paraná no biênio 1983/1984, quando foi criado o Conselho de Conciliação e Arbitragem, a Escola de Magistratura e o Fundo de Saúde do Servidor do Poder Judiciário.

Aposentado desde 1988, o desembargador era viúvo da senhora Cilene da Costa Machado e deixa 2 filhos.

À sua família enlutada (Tribunal de Justiça do Paraná, gabinete da Presidência) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2035

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao eminente senador Amir Lando, relator geral do Orçamento Geral da União, pela feliz iniciativa do parecer favorável à exclusão da contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas do Orçamento Geral.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor senador Amir Lando, bem como aos senadores paranaenses: Álvaro Dias, Osmar Dias e Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Isentar os servidores inativos, bem como pensionistas da contribuição previdenciária, é uma luta antiga deste parlamentar, junto às mais diferentes esferas, inclusive, com a justiça. Portanto, resgatar a dívida social, no Brasil, com todos seus inativos e pensionistas é uma pequena, mas importante tarefa dentro do esforço geral de democratização de nossa sociedade.

É na idade mais avançada que o ser humano adquire o direito de gozar a vida, após a existência dedicada ao tra-

balho socialmente útil. É nessa fase que o cidadão pode usufruir dos benefícios de uma sociedade com qualidade de vida digna, seja em viagens, lazer e similares.

Também é nesse período que crescem as despesas pessoais com produtos de saúde, aparelhos corretores de visão, surdez, dentição, locomoção, quando não, com assistências mais graves na família.

Os funcionários públicos, durante suas carreiras, foram assíduos contribuintes junto à Previdência, portanto, nada mais justo do que isentar esta parcela de idosos da contribuição previdenciária.

Do ponto de vista histórico e social, observamos que as informações sociais desde a antiguidade mais remota se dividem em três segmentos: a infância/juventude, integrada pela parcela do grupo social que ainda está em formação e amadurecimento; a população economicamente ativa que sustenta a produção econômica da comunidade, e os idosos, que já deram sua contribuição, em período anterior, e assim, adquiriram o direito da isenção.

Finalmente, de uma abordagem humanística, notamos que o direito ao repouso condigno para aqueles que já contribuíram com o todo social manifesta a mais refinada expressão civilizatória.

Assim sendo, esperamos que o Congresso Nacional, aproveitando a manifestação positiva do eminente senador Amir Lando, inclusive estabelecendo desde já um texto federal, igualdade total para todos os Estados e municípios, para evitar futuros questionamentos jurídicos quanto à isenção total da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas.

REQUERIMENTO Nº 2041

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná, pela passagem do Dia do Dentista, comemorado no dia 25 de outubro.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações à Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná - ASPP, pela passagem do Dia do Funcionário Público, comemorado no dia 28 de outubro.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Grupo Comercial Ivaiporã, alusivos à inauguração de sua 10ª loja, desta feita no município de Campo Mourão, que ocorrerá na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao diretor presidente Luiz Carlos Gil, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Paraná, 1380, CEP 86870-000 - Município de Ivaiporã / Paraná.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2045

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Conselho Regional de Odontologia do Estado do Paraná, alusivos ao Dia do Dentista, comemorado em 25 de outubro.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente, doutor João Luiz Carlin, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Paz, 260 - CEP 80.260-160 - Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2046

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Universidade Federal do Paraná - UFPR, alusivos à realização do Festival da Federal, a realizar-se nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2000.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao reitor, professor doutor Carlos Antunes dos Santos, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 1299, CEP 80006-000 - Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2049

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à ASPP - Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pela comemoração do Dia do Funcionário Público, em 28/10.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 28 de outubro comemorou-se o Dia do Funcionário Público.

Municipal, estadual ou federal, o funcionário público é aquele que trabalha para oferecer à população, através dos órgãos públicos, a educação, segurança, saúde.

Dentro das diversas esferas hierárquicas, os valores fundamentais do serviço público são concretizados em deveres nos três âmbitos que os funcionários entram em relação na sua atividade profissional: em primeiro lugar, deveres para com os cidadãos, entendidos em sentido muito amplo que compreenda todas as entidades, individuais ou coletivas, que se dirigem à Administração; em segundo lugar, deveres para com a Administração, colegas de mais elevado grau na hierarquia e em terceiro lugar, deveres para com os Órgãos de Soberania - o Estado, como tal.

Com dedicação quase sempre exclusiva, lá está ele, diariamente, na árdua tarefa de defender não só o seu pão de cada dia, mas o bom nome da empresa que defende - o Estado. Não está ali em jogo apenas o seu desempenho, mas o nome dos governantes, o conceito de toda uma classe. Quando se vai a um médico e ele não dá resultados, ou não agrada o paciente, muda-se de médico porque “aquele” não é bom. Quando um funcionário público não desempenha bem sua função, a classe é denegrida, porque “funcionário público é tudo igual, folgado...”. Esta, a errônea imagem que se tem destes que fazem do dever do Estado o seu mesmo - atender à população, na área a que está afeto.

Mas, com sua inegável dignidade, consciência de deveres éticos (que ultrapassam os meros deveres jurídicos) e dedicação geralmente sobrehumana, lá estão eles: professores, policiais, profissionais da área de saúde, funcionários administrativos e de serviços gerais - cidadãos trabalhando para cidadãos. Seres com suas limitações humanas, que nem sempre são compreendidos individualmente - são vistos como um todo, que devem ser modelo de ação quotidiana. Os funcionários públicos, na dificuldade de suas condições de trabalho, na carência de um salário que fica muito aquém do merecido, ainda busca, por si, aperfeiçoamento.

Tendo a legalidade como referência de ação, a neutralidade política, econômica e religiosa, a responsabilidade e competência como atributos do profissionalismo, o funcionário público é a linha de frente da batalha travada diariamente pelos governantes para vencer as dificuldades que se interpõem no dia-a-dia da difícil tarefa de administrar, manter e melhorar a coisa pública, entendida como pertencente à população e a serviço dela.

REQUERIMENTO Nº 2050

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que se destacaram nas competições dos 49º Jogos dos Servidores.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Durante aproximadamente 2 meses, foram realizados os Jogos dos Servidores do Paraná. As competições, organizadas numa Olimpíada, estão na sua 49ª edição e conta com competidores de todas as esferas do governo do Estado, participam os quadros do funcionalismo público Municipal, Estadual e Federal.

Com 19 modalidades masculinas e 15 femininas, os Jogos dos Servidores reuniram este ano cerca de 2.000 competidores, onde 30 entidades de Curitiba e região metropolitana brigaram pelos títulos.

A Assembléia Legislativa do Estado, com o apoio da Mesa Executiva e Diretoria Geral mais uma vez brilhou nas competições. Com 97 atletas, a Assembléia trouxe para casa 15 troféus em diversas modalidades:

MASCULINO	
Atletismo	3º lugar
Basquetebol	3º lugar
Futebol de Areia (série livre)	5º lugar
Futebol de Areia Master	3º lugar
Futsal (série livre)	5º lugar
Futsal Master	3º lugar
Natação	3º lugar
Natação Master	4º lugar
Sinuca	3º lugar
Tênis de Mesa	8º lugar
Tranca	6º lugar
Truco	6º lugar
Voleibol Master	3º lugar
Xadrez	4º lugar

FEMININO	
Atletismo	2º lugar (geral)
Basquetebol	5º lugar
Bolão	2º lugar
Futebol de Areia	4º lugar
Futsal	4º lugar
Sinuca	6º lugar
Tênis de Mesa	5º lugar
Tranca	2º lugar
Truco	2º lugar
Voleibol	4º lugar

Voleibol de Areia	2º lugar
-------------------	----------

Com 146 pontos no total, nossos 97 Atletas obtiveram a 4ª colocação no geral, ficando atrás da Associação da UFPR, Prefeitura Municipal de Curitiba e Polícia Militar do Paraná (sendo que nenhuma das anteriores apresentou menos de 180 atletas nas competições).

Mais um importante troféu veio para a Assembléia Legislativa - o de Melhor Torcida. É a valorização do funcionário pelo colega de trabalho - sinal de que a união mais uma vez fez a nossa força.

Não podemos deixar de destacar, que temos o goleiro menos vazado, que é o Marco Aurélio - Chefe da Segurança da Casa.

O esforço dos nossos funcionários, que não obstante o dia de trabalho nesta Casa (e às vezes até noite adentro no cumprimento de seu dever), treinam em finais de semana, em busca de aperfeiçoamento no esporte, traduziu-se nos troféus que ora trazemos a este douto Plenário.

A todos os nossos 97 Atletas, orgulho deste Poder Legislativo, através dos Coordenadores: Marco Aurélio Bartolino Arpino, Antonio Carlos Santos (Carlão), Dante Anibelli, Eloana e Sueli (extensivo a todos) o nosso reconhecimento e os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2051

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à nova Diretoria da Fenabreve, eleita para o biênio 2000/2002.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

No dia 5 de outubro foi eleita a nova Diretoria, com chama única, da Fenabreve - Paraná, para o biênio 2000/2002, na sede da Entidade na Capital do Estado.

A Diretoria ficou composta da seguinte forma:

Presidente	
Daniel Russi Filho	Volkswagen

Diretores	
Gláucio José Geara	General Motors
Jeferson Paulo Casagrande	Mercedes Benz Caminhões
Juarez Flávio Cerbatto	Fiat
Paulo Picolli	Motocicletas Honda

O objetivo da nova Diretoria é dar continuidade aos trabalhos já em desenvolvimento, como a consolidação da nova sede e Central de Licenciamento.

REQUERIMENTO Nº 2052

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à APACN - Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, pela comemoração de seus 17 anos.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia APACN comemorou na última semana, 17 anos.

Primeira entidade do gênero no País, a APACN sobrevive apenas com a ajuda de recursos da comunidade, sem participação alguma do governo. São cerca de 300 voluntários, que prestam todo tipo de solidariedade, da contribuição financeira até serviços gerais como médicos, farmacêuticos, odontológicos, psicológicos, entre outros.

A sede abriga cerca de 60 crianças carentes, de zero a 17 anos, acompanhadas dos pais. Além disso, a Associação fornece cerca de 150 cestas básicas às famílias das crianças carentes portadoras de neoplasia. Todas elas são atendidas no Hospital de Clínicas, em Curitiba. A meta agora é construir um laboratório de pesquisa.

Para ser voluntário da APACN basta ter nova vontade e dispor de um pouquinho de tempo, pois o que vale mesmo é a ajuda que é dada. A instituição, ao longo destes 17 anos já contou e continua contando com milhares de voluntários.

Pela gloriosa comemoração de seus 17 anos de fundação, sempre trabalhando pelas crianças enfermas que necessitam de apoio, receba a APACN - Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, através de seu presidente, senhor Antonio Carlos Santos Lima, (Avenida Oscar Charap Sênior, 250 0 Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2053

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao casal Dora Anna Pietrobelli Boscardin e Osmar Boscardim, pela comemoração de bodas de ouro.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Comemoraram em data de 28 de outubro do corrente, 50 anos de casamento, bodas de ouro, a senhora

Dora Anna Pietrobelli Boscardin e o senhor Osmar Boscardim.

O casal, de família tradicional radicada no bairro italiano de Santa Felicidade, em Curitiba, construiu ao longo de sua caminhada juntos uma grande e bela família: José Ricardo e Elenir Boscardin (filhos: Caroline e Rafael - neta: Maria Vitória); Eduardo Luiz e Yara Boscardin (filhas: Roberta e Eduarda); Nádia Rita e José Roberto Borghetti (filhos: Leonardo, Octávio e Renata).

REQUERIMENTO Nº 2054

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao major Claudiney Alves da Silva, por assumir o cargo de comandante do 2º Subgrupamento de Bombeiros Independente de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Assume nesta data o comando do 2º Subgrupamento de Bombeiros Independente de Paranaguá, o major Claudiney Alves da Silva em substituição do major Jorge Luiz Thais Martins.

Major Claudiney Alves da Silva, major do Quadro de Oficiais Bombeiro Militar da Polícia Militar do Paraná, é filho de Sebastião da Silva e de Maria José Castro da Silva. Nasceu em 18 de setembro de 1961 em Guaporema, Paraná. É casado com a senhora Nanci Terezinha Zarugner da Silva e tem uma filha, Fernanda Zarugner da Silva.

Ao longo de sua carreira o major Claudiney desempenhou diversos cargos de elevada importância dentro do Corpo de Bombeiros e atualmente desempenhava a função de Chefe da 3ª Seção do Estado Maior do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

O major Claudiney Alves da Silva, certamente, mais uma vez honrará a Corporação Militar do Corpo de Bombeiros, na condução da tarefa que ora lhe é merecidamente confiada.

REQUERIMENTO Nº 2057

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Tadeu Marino Loyola Costa, presidente do TRE-PR, pelo sucesso com que transcorreram as eleições em data de ontem - 2º Turno desta Capital.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, pela primeira vez na sua história teve uma eleição com 2º Turno. Na data de ontem, a Capital

novamente foi às urnas para expressar sua vontade, escolher quem quer que administre sua cidade. O mesmo aconteceu com as cidades de Londrina e Maringá.

O TRE - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná deu um exemplo de eficiência, tanto na preparação, como na condução do processo eleitoral e apuração dos votos.

Na Capital do Estado, menos de uma hora após o fechamento das urnas foi possível saber quem era o prefeito. O sistema funcionou de forma perfeita e a equipe de trabalho do TRE não mediu esforços para que o trabalho chegasse ao seu final no menor tempo e com maior precisão possível.

Pelo sucesso alcançado com o processo eleitoral em data de ontem, receba o doutor Tadeu Marino Loyola Costa, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2056

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao major Jorge Luiz Thais Martins, pelos bons serviços prestados à frente do 2º Subgrupamento de Bombeiros Independente de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Na data de hoje, 24 de outubro de 2000, está sendo transmitido o comando do 2º Subgrupamento de Bombeiros Independente de Paranaguá, do major Jorge Luiz Thais Martins para o major Claudiney Alves da Silva.

O major Martins, como é conhecido, com uma impecável folha de serviços dentro de sua Corporação, muito a honrou no desempenho de sua função à frente daquele comando, exercendo seu cargo da maneira como sempre soube conduzir-se profissionalmente: de forma brilhante.

Formado em Educação Física pela Academia do Exército do Rio de Janeiro em 1979, ocupou diversos cargos relevantes dentro da Corporação. Foi, durante 5 anos, assessor da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná.

Possuidor de um natural espírito de liderança, o major Martins deixa aquele comando com a certeza do dever cumprido, e nós podemos atestar que mais que o dever, o major Martins fez de seu ofício à frente do 2º Subgrupamento uma devoção - a população do litoral do Paraná jamais esquecerá o período durante o qual ele esteve naquele Comando, pois muitas foram as ações, as campanhas educativas e preventivas - esteve à frente da Operação Praias durante 18 anos - que fizeram de seu nome uma marco na história do Corpo de Bombeiros.

Pelos excelentes serviços prestados à frente do 2º Subgrupamento de Bombeiros Independente de

Paranaguá, receba o major Jorge Luiz Thais Martins, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2032

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao senhor Jaime Lerner, governador do Estado do Paraná, bem como ao senhor secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva, solicitando liberação de viaturas, tanto da Polícia Civil como da Polícia Militar, para os seguintes municípios: Ângulo, Astorga, Atalaia, Borrazópolis, Cianorte, Engenheiro Beltrão, Indianópolis, Lobato, Marilena, Nova Londrina, Paçandu, Sabáudia, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Mônica, São Jorge do Ivaí, São Tomé, Uniflor, Floresta, Diamante do Norte, Doutor Camargo, Mandaguaçu, Marialva, Mandaguari, Nova Esperança, Paranacity, Planaltina do Paraná, Santo Inácio e Sarandi.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2038

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exce-lentíssimo senhor Giovani Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, solicitando cópia dos Empenhos nºs:

29000000900668-2,

29000000900669-0,

29000000900670-429000000900671-2

29000000900672-0 e

29000000900673-9,

da dotação orçamentária 2902, Projeto 1027, elemento de despesa 3390.3940, fonte 00, que dão origem aos recursos financeiros para fazer face às despesas do Contrato de Prestação de Serviço entre o Estado do Paraná e o Consórcio liderado pelo Banco Fator S.A..

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Contrato de Prestação de Serviço entre o Estado do Paraná e o consórcio liderado pelo Banco Fator S.A., os recursos financeiros para fazer face às despesas do mesmo seriam oriundos da dotação orçamentária 2902, Projeto 1027, elemento de despesa 3390.3904, fonte 00 e empenhos acima.

O presente requerimento tem o intuito de esclarecer à sociedade sobre o valor pago ao consórcio liderado pelo Banco Fator, responsável pela avaliação patrimonial e definição do preço mínimo da venda do Banestado. Portanto, para termos este processo esclarecido, solicito a aprovação deste.

REQUERIMENTO Nº 2039

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exce-lentíssimo senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, solicitando cópia do decreto que fixou as atribuições dos cargos transformados pela Lei nº 12.946/2000 em Asses-sores Administrativos.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Para termos este processo esclarecido não só a este deputado, mas a todo povo paranaense, espero ver o pre-sente requerimento aprovado pelos senhores parlamen-tares.

REQUERIMENTO Nº 2040

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando novamente, providências imediatas quanto à situação das delegacias e presídios do interior.

O Presídio Hildebrando de Souza, também conhe-cido como “Caldeirão”, foi construído em 1986, com capacidade máxima para até 80 presos. Hoje encontra-se com o dobro de detentos. As condições do presídio são precárias, de degradação humana, sem condições míni-mas de higiene e que certamente levarão a um movi-mento de rebelião e fugas.

Na cadeia pública de Castro, no último domingo, dos vinte e quatro detentos, oito escaparam pelo solário, depois de arrebentarem o trinco de uma das celas. Somente um policial cuidava do atendimento ao público e dos presos. Dos oito foragidos, três invadiram uma fazenda localizada na Colônia Santa Leopoldina, e mataram com um tiro nas costas um agricultor de 88 anos.

Diante dos problemas acima citados, solicito o remanejamento imediato de alguns presos para outras penitenciárias, como Guarapuava e Curitiba, por exem-plo. Quem perde com esta falta de segurança é a popu-lação. Entendo que a questão de segurança pública deva ser prioritária em qualquer governo.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2058

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Heinz Georg Herwig, secretário de Estado dos Transportes, solicitando a restauração urgente da PR-465, trecho entre os municí-pios de Araruna e Peabiru.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Devido às fortes chuvas que caíram nos últimos dias, a estrada está praticamente destruída, com vários buracos e intransitável, causando não só prejuízo aos que passam por ali e vêem seus carros danificados, como também risco de vida, já que quando se desvia de um buraco pode ocorrer um choque frontal com outro veículo.

REQUERIMENTO Nº 2061

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Procópio Ferreira Martins, nº 129 - bairro Cajurú, que pedem policiamento no terreno baldio sito ao lado do nº 140, da rua citada acima. O mato no terreno está muito alto e o local serve de esconderijo para desocupados, deixando os moradores apreensivos. Ao mesmo tempo, estamos fazendo pedido de limpeza do terreno para a Prefeitura Municipal de Curitiba. Pede-se urgência no atendimento do presente, a fim de inibir a ação dos desocupados.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2062

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, o pedido do senhor Felinto Furtado de Figueiredo, resi-dente à Rua Rio Branco, nº 192 - Jardim Dragão Verde, que solicita a implantação de uma boca-de-lobo em frente à sua residência. Devido à falta de local para escoamento das águas pluviais ocorrem alagamentos, quase que invadindo sua residência. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-2796.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2063

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sen-tido de atender o pedido da senhora Orbella da Fon-seca Teobaldo, residente à Rua dos Alecrins, nº 145 - Conjunto Paineiras - bairro Barreirinha, que pede providências quanto a uma reciclagem dos carteiros que entregam correspondências em sua residência.

Ocorre que os carteiros mudam constantemente e alguns deles são mal-educados com os destinatários, principalmente quando se trata de endereços incorretos. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 356-5534.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2064

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido do senhor Arlindo Lima, que pede uma melhor sinalização na rua Genésio Moreski, proximidades do nº 155, local onde situa-se a Loja do Barulho. Ocorre que os veículos desenvolvem alta velocidade no local, pondo em risco de acidentes, constantemente, os pedestres bem como outros veículos. Foi colocado uma placa de controle de 40 Km de velocidade permitida, porém mesmo assim os motoristas não respeitam. Pede então, o senhor Ari, outra forma de contenção de velocidade. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 9114-5646.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Alcení Guerra, Chefe da Casa Civil, solicitando as seguintes informações acerca do acordo celebrado ou em processo de celebração entre a empresa C.R. Almeida S.A., Engenharia e Construções e a Companhia Paranaense de Energia, Copel, conforme extrato da ata da 45ª Reunião Extraordinária do Conselho de administração desta última empresa, realizada em 12 de julho de 2000:

- 1) o detalhamento das dívidas e das decisões judiciais, inclusive as já transitadas em julgado;
- 2) os valores históricos e atualizados, segundo o pleito das autoras;
- 3) os créditos de atualização monetária adotados no acordo;
- 4) o valor e a forma do pagamento acordado;
- 5) o montante do valor residual apurado pela Copel;
- 6) a cópia dos documentos referentes ao aludido acordo.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Segundo o extrato da ata da 45ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia, Copel, subsidiária da

Eletrobrás, realizada em 12 de julho de 2000, a C.R. Almeida S.A., Engenharia e Construções, em nome das autoras, formulou proposta de acordo em ações judiciais relativas à execução dos contratos relacionados à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, que vinham sendo patrocinadas por aquela empresa contra a Copel.

Trata-se de diversas ações judiciais, patrocinadas por aquela construtora contra a Copel, as quais se encontram em diferentes fases processuais.

Naquela reunião extraordinária, o Conselho de Administração da Copel decidiu autorizar o acordo pretendido, ressalvando que o montante a ser desembolsado pela Copel não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor residual por ela apurado.

A bem do interesse público, cumpre solicitar as informações pertinentes a esse acordo, pois, entre outros possíveis questionamentos, é mister verificar se estão sendo atendidos os princípios da economicidade e razoabilidade.

REQUERIMENTO Nº 2066

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa de Leis, a documentação elaborada pela Comissão de Negociação da Polícia Civil e o Governo do Estado, que trata de reivindicações daquela corporação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(aa) ALGACI TULIO, RICARDO CHAB e MILTINHO PUPIO.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 367/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, que passa a ser a seguinte:

“Art. 1º - As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão por esta lei, *ad referendum* da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.”

Art. 2º - O § 1º, do artigo 9º da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, passa a ter nova redação, que é a seguinte:

“Art. 9º - ...

§ 1º - Os contratos poderão prever mecanismos de reajuste e revisão das tarifas *ad referendum* da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.”

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 30.10.2000.

(aa) BERALDIN

HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O artigo 27 da Constituição Estadual expressa que a Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerá os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Sendo este princípios constitucionais norteadores do interesse público, que rege igualmente todos os Poderes do Estado, a sua observância não deve ficar restrita ao controle legal.

A propositura de nosso projeto visa que a partir que este se transforme em lei, a clareza, assim como a transparência das concessões e permissões de serviços públicos, passem a ser também de interesse popular, através de *referendum* dado por este Poder, que legitimamente o representa. Embora o poder concedente seja o Estado, este nada mais é do que a sociedade politicamente organizada.

Assim, entendemos que cabe a este Poder se manifestar nos contratos públicos oriundos das concessões e das permissões de serviços públicos. Não para controlá-los e nem fiscalizá-los, ou muito menos permitir ingerência jurisdicional sobre eles. Iniciativa esta dos Poderes Executivo e Judiciário. Mas, sim, com o real intuito de que possa esse Poder contribuir para efetiva observância dos princípios administrativos-constitucionais, através de maior clareza e transparência do resultado final do processo de permissão e concessão de serviços públicos. Resultado este que interessa diretamente à população paranaense.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 344/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica prorrogado por mais 5 (cinco) anos os efeitos da Lei nº 9578, de 14 de março de 1991, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu - APAE, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado no município de Foz do Iguaçu, designado por lote nº 0179, do quadrante 10, quadricula 01, setor 06, quadra 38, localizado na Avenida Paraná, naquele município, com área de 3.584,41m², contendo edificações que totalizam aproximadamente 1.115,10m², havido pelo Estado do Paraná através de doação do município de Foz do Iguaçu, conforme o que consta na matrícula nº 18.391, do Cartório de Registro de Imóveis daquela comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei, será destinado exclusivamente para manter instalada e em funcionamento nas edificações lá existentes a sede da APAE de Foz do Iguaçu, tendo a cessão a duração de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, mediante consenso entre as partes, não podendo a referida área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto é prorrogar por mais 5 (cinco) anos a cessão do imóvel descrito no artigo 1º do projeto, em caráter de utilização gratuita à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu - APAE, permitindo que a mesma mantenha-se instalada e em pleno funcionamento.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu - APAE, desde a sua fundação, vem realizando um inestimável trabalho humanitário e social, sendo as APAE's de um modo geral, reconhecidas nacionalmente por sua contribuição à sociedade.

A permanência da APAE de Foz do Iguaçu no mesmo prédio, é de vital importância para toda a comunidade deste município, pois a instituição não possui sede própria, tampouco dispõe de recursos que viabilizem seu funcionamento em outro local, sendo imprescindível a comunidade de Foz do Iguaçu o pleno funcionamento e continuidade do relevante trabalho social que a presente instituição vem prestando.

PROJETO DE LEI Nº 345/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Moradores dos Bairros de Itapema e Pinheirinho - AMBIP, com sede e foro no município de Antonina, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores dos Bairros de Itapema e Pinheirinho, no município de Antonina, deste Estado, entidade com fins filantrópicos fundada em 21 de fevereiro de 1992, com sede à Av. Henrique Lage, s/n, daquele município, através de sua diretoria, vem desenvolvendo uma série de atividades direcionadas ao bem-estar dos seus associados e demais moradores, não somente destes dois bairros, mas da

população carente em geral, atendendo suas reivindicações principalmente as que dizem respeito à saúde, escola e assistência social.

Por tratar-se de uma entidade direcionada ao bem estar da população mais carente do município, achamos ser a mesma merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 346/00
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Veterinária no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%):

Na área das Exatas, os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos de: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%) Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Veterinária que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 40,08% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 347/00
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Direito no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o

objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%):

Na área das Exatas, os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos de: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%) Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Direito, que na área das Ciências Humanas, aparece com o indicativo de 72,17% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 348/00

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Jornalismo, no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário “Unioeste Rumo ao Século XXI”, com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%):

Na área das Exatas, os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos de: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%) Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que no que diz respeito a oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Gov-

erno do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Jornalismo que na área das Ciências Humanas, aparece com o indicativo de 51,26% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 349/00

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Comércio Exterior no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%):

Na área das Exatas, os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%),

Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos de: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%) Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Comércio Exterior, que na área das Ciências Humanas, aparece com o indicativo de 40,08% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 350/00

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Economia, no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%):

Na área das Exatas, os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos de: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%) Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Economia, que na área das Ciências Humanas, aparece com o indicativo de 44,61% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 351/00
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Engenharia Civil, no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%):

Na área das Exatas, os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos de: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%) Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Engenharia Civil, que na área das Ciências Exatas, aparece com o indicativo de 34,03% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 352/00
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o Curso de Arquitetura, no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com o objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%):

Na área das Exatas, os cursos mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos de: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%) Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%),

Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo Governo do Estado, para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresento esta proposição relativa ao curso de Arquitetura, que na área das Ciências Exatas, aparece com o indicativo de 49,08% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 353/2000

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Engenharia Mecânica no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa, que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reunir-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião

sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os curso mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresentamos esta proposição relativa ao curso de Engenharia Mecânica, que na área das Ciências Exatas, aparece com o indicativo de 32,17% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 354/2000

Assembléia Legislativa do

Estado Do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Medicina no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa, que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os curso mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresentamos esta proposição relativa ao curso de Medicina, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 68,62% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 355/2000

Assembléia Legislativa do

Estado Do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Odontologia no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa, que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os curso mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação

(19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresentamos esta proposição relativa ao curso de Odontologia, que na área das Ciências Biológica, aparece com o indicativo de 56,51% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais Pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 356/2000

Assembléia Legislativa do
Estado Do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Farmácia no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa, que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os curso mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresentamos esta proposição relativa ao curso de Farmácia, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 44,29% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 357/2000

Assembléia Legislativa Do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Psicologia no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa, que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os curso mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresentamos esta proposição relativa ao curso de Psicologia, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 42,84% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 358/2000

Assembléia Legislativa Do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Educação Física no Campus de

Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa, que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os curso mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresentamos esta proposição relativa ao curso de Educação Física, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 41,18% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 359/2000

Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Nutrição no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa, que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%),

Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os curso mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresentamos esta proposição relativa ao curso de Nutrição, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 32,20% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 360/2000

Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e implantar o curso de Fisioterapia no Campus de Foz do Iguaçu, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Parágrafo Único - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder alteração orçamentária necessária ao cumprimento da presente lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de transformar em lei, a vontade da população de Foz do Iguaçu e região, expressa em pesquisa de opinião pública promovida pela Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu.

Da pesquisa, que estamos apresentando em anexo, destacamos:

A direção da Unioeste - Campus de Foz, realizou um seminário "Unioeste Rumo ao Século XXI", com objetivo de discutir e propor um plano de expansão de cursos para o campus de Foz do Iguaçu.

Durante a realização desse seminário, decidiu-se construir um grupo comunitário para elaborar uma proposta inicial que será apresentada à comunidade.

Esse grupo passou a reuniu-se sistematicamente e decidiu que, para dar suporte a um plano de expansão, seria mister a realização de uma pesquisa de opinião sobre o assunto, junto à comunidade iguaçuense e da região.

Quando foi questionado quais cursos deveriam ser implantados no Campus de Foz, utilizando-se da memória induzida dos entrevistados, o resultado foi o seguinte:

Na área das Ciências Humanas, em primeiro lugar o curso de Direito com (72,17%), seguidos pelos cursos de Jornalismo (51,26%), Comércio Exterior (44,61%), Economia (34,03%), Pedagogia (32,90%), Secretariados (30,48%);

Na área das Exatas os curso mais votados foram: Engenharia Civil (49,08%), Arquitetura (38,80%), Engenharia Mecânica (32,17%), Engenharia Florestal (27,55%) e Engenharia Agrícola (27,41%);

Já na área das Ciências Biológicas foram votados os cursos: Medicina (68,62%), Odontologia (56,51%), Farmácia (44,29%), Psicologia (42,84%), Educação Física (41,18%), Veterinária (40,08%), Enfermagem (37,93%), Nutrição (32,20%) e Fisioterapia (30,20%).

Dos cursos ofertados pela Unioeste/Foz, o de Administração aparece como o preferido dos entrevistados, 25,91% responderam desejar cursá-lo; seguindo em preferência pelos cursos de Ciências da Computação (19,36%), Turismo (16,81%), Engenharia Elétrica (10,44%), Letras (9,09%), Ciências Contábeis (6,49%) e Matemática (6,07%).

Tendo como base a pesquisa de opinião pública, nota-se muito facilmente, que, no que diz respeito à oferta de cursos superiores, muito ainda falta ser feito pelo governo do Estado para atender aos anseios da população de Foz e região, motivos pelos quais apresentamos esta proposição relativa ao curso de Fisioterapia, que na área das Ciências Biológicas, aparece com o indicativo de 30,50% de preferência dos consultados.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos demais pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 361/2000

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a criar e a instalar uma Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná no município de Paçandu.

Art. 2º - O governo do Estado do Paraná realizará procedimentos para instalação dessa unidade através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Em Paçandu está sediado um Pelotão da Polícia Militar, que atende ao município de Paçandu.

O próprio comando do 4º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, sediado em Maringá, reconhece a necessidade de ampliar a estrutura de segurança desse município.

Entretanto, com a criação da Região Metropolitana de Maringá e o aumento populacional de alguns municípios desta região, como Sarandi, Paçandu e Mandaguaçu, aquele comando apresentou sugestão de alterar o Plano de Articulação da Polícia Militar, transformando o Pelotão da PM de Paçandu em Companhia da Polícia Militar do Paraná, com sede em Paçandu.

O presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o governo do Estado do Paraná a criar e instalar uma Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná em Paçandu.

PROJETO DE LEI Nº 362/2000

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Comunidade de Quatro Barras, com sede e foro no município de Mandirituba, deste Estado.

Art. 2º - Este lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Comunidade de Quatro Pinheiros do município de Mandirituba, deste Estado, entidade com fins filantrópicos, fundada em 03 de junho de 1995, daquele município, através de sua diretoria, vem desenvolvendo uma série de atividades direcionadas ao bem-estar dos seus associados e demais moradores, não somente do bairro, mas da população carente em geral, atendendo suas reivindicações principalmente as que dizem respeito a saúde, escola e assistência social e transporte.

Por tratar-se de uma entidade direcionada ao bem-estar da população mais carente do município,

achamos ser a mesma merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 363/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Cultural Arte Brasil, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Cultural Arte Brasil é uma entidade que trabalha, desde sua fundação, realizando atividades culturais e educativas. Seu principal projeto é o "Batuque na Caixa", que atende cerca de seiscentas crianças e jovens carentes de Londrina, com ensino de música, teatro e literatura. O Arte Brasil leva o nome do Paraná para diversos locais do Brasil e do mundo, em intercâmbios com a Editora Viva Música, (RJ), Museu Villa Lobos (RJ), Bolsas Vitae (SP), Fundação Peter Mieg (Suíça), Ass. Composers Orchestra (EUA) e CDMC (Campinas, França e Japão).

Por entender que a contribuição cultural deste instituto tornou-se imprescindível para Londrina, sendo ferramenta de aquisição de conhecimento e desenvolvimento pessoal aos menos favorecidos, solicito a aprovação do presente, pois sua luta em nome da cultura merece toda consideração e apoio dos órgãos públicos.

PROJETO DE LEI Nº 364/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurado o transporte gratuito para pessoas carentes nas linhas rodoviárias intermunicipais, em ônibus convencional, no âmbito do Estado do Paraná, quando estiverem em trânsito para tratamento de saúde.

Parágrafo Único - Somente serão beneficiadas por esta lei, pessoas que obtiverem encaminhamento específico através de laudos médico e social do município aonde reside o beneficiado, comprovando através do primeiro a necessidade de tratamento médico, e do segundo, a necessidade do benefício.

Art. 2º - As empresas concessionárias, de que trata esta lei, reservarão uma quota mensal, de no mínimo 5% (cinco por cento) do volume total de passagens disponibilizadas para comercialização, para atender aos carentes

que preencham os quesitos estabelecidos no artigo anterior, garantindo passagem de ida e volta aos beneficiados.

Art. 3º - As empresas concessionárias de transporte coletivo rodoviário intermunicipal encaminharão à C.C.P. - Coordenadoria de Concessões e Pedageamento da Secretaria de Estado dos Transportes, obrigatoriamente até o dia 10 de cada mês subsequente, relatório circunstanciado contendo nome, identificação e endereço completo dos carentes atendidos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Muitas pessoas, portadoras de deficiência física, idosas, adoentadas, necessitam de tratamento médico e precisam se deslocar para os grandes centros em busca do serviço médico especializado, dependendo sempre de donativos, ações caridosas e assistenciais.

O objetivo do presente projeto de lei é viabilizar o transporte gratuito para pessoas carentes que efetivamente dependam de serviço médico especializado, disponível somente nos grandes centros, como hospitais universitário, centros médicos especializados, grandes clínicas públicas etc.

As empresas concessionárias de linhas rodoviárias intermunicipais prestarão relevante serviço social à comunidade quando da execução da lei que trata este projeto. Há que se registrar a preocupação com a criação de uma norma exequível, como esta, que reserva apenas 5% (cinco por cento) do total de passagens disponibilizadas para comercialização pela empresa.

Quanto à abrangência da norma que se pretende estabelecer, destaca-se o cuidado em atender com esse benefício apenas aquelas pessoas que efetivamente comprovarem através de laudo médico a necessidade do tratamento especializado e ainda atestado de que somente em outro centro urbano se encontra o mesmo, e mais, através do laudo social, o serviço de assistência social, do município de embarque, deverá certificar que a pessoa é de fato carente e se faz merecedora imprescindível do benefício para viabilizar o referido tratamento.

Pondere-se ainda que o presente projeto de lei pretende prestigiar um contingente não tão expressivo em relação à população que utiliza o transporte coletivo rodoviário intermunicipal, aproveitando-se passagens não comercializadas. Portanto, não representa sobrecarga de custos às empresas concessionárias das linhas no Estado do Paraná, contribuindo significativamente com tantos necessitados que precisam desta contribuição social, que será fiscalizada pela C.C.P. - Coordenadoria de Concessões e Pedageamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

Diante do exposto, contando com o indispensável apoio dos nobres Pares para aprovação desta importante contribuição social, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 365/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Para a concessão de títulos de cidadania honorária ou benemérita paranaense, o homenageado deverá preencher as seguintes condições:

I - ter notável reconhecimento público pela prestação de relevantes serviços à sociedade paranaense, em qualquer área, seja científica, cultural, desportiva, artística, literária, social ou outra de destaque e interesse público;

II - ter reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensível;

III - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, instituições nacionais e de cidadania.

Parágrafo Único - A proposta de concessão de título de cidadania honorária ou benemérita deve ser instruída com provas do preenchimento dos requisitos constantes deste artigo, em documentos emitidos por entidades representativas reconhecidas ou através de publicações em jornais ou revistas de circulação regular no Brasil ou no Estado do Paraná.

Art. 2º - O processo de votação de projeto de lei que concede títulos de que trata esta lei será por voto secreto e maioria absoluta.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 5.638/67, de 13 de setembro de 1.967.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A lei que trata da concessão de titulação de cidadania honorária ou benemérita data de 13 de setembro de 1.967, e estabelece condições discutíveis, como a estabelecida no inciso I, que reza como condição essencial para concessão dos títulos supra citados o “desempenho com denodo de função pública”. Portanto, cumprindo o estabelecido, deve o homenageado ter exercido função pública.

No entanto, a homenagem ao cidadão ou à cidadã, com a mais elevada honraria oficial do Estado do Paraná não pode se restringir apenas ao relevante serviço público, mas sim a qualquer área de interesse público e social, como por exemplo, destaque no setor social, político, artístico, intelectual, desportivo, acadêmico, literário, científico, etc.

Há que se registrar a iniciativa de outros parlamentares, na tentativa de se estabelecer critérios mais rígidos na concessão dos referidos títulos, valorizando mais a titulação e sofisticando o processo de discussão e votação de homenagens nesta Assembléia Legislativa.

Neste sentido, apresenta-se o presente projeto de lei, estabelecendo princípios para conceder as homenagens em tela, exigindo-se que o homenageado tenha notável reconhecimento público pela prestação de relevantes serviços à sociedade paranaense em qualquer área; também tenha reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensível; exigindo-se ainda ter em sua biografia registro de postura ética e respeito na defesa dos postulados democráticos, instituições nacionais e de cidadania.

Quanto ao processo de discussão e votação da homenagem, o projeto privilegia um procedimento especial, exigindo quórum qualificado, dependendo da aprovação da maioria absoluta dos integrantes do Poder Legislativo Estadual proporcionando ainda através do voto secreto a prerrogativa do parlamentar, sem nenhum constrangimento, apor seu voto secretamente, manifestando assim tão importante apoio ou não à homenagem proposta.

Neste sentido, pretende-se estabelecer os critérios aqui expostos, através de lei estadual, valorizando ainda mais as titulações de cidadania honorária e benemérita paranaense, com o escopo de agraciar com tais homenagens àqueles que realmente contribuíram e contribuem, com grandeza e honradez, merecendo destaque nas respectivas áreas em que atuam.

Diante do exposto, contando com o indispensável apoio dos nobres Pares para aprovação deste importante projeto de lei, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 366/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a instituir o Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso, em conformidade com os artigos 230, § 1º, da Constituição Federal, 223, parágrafo único, da Constituição do Estado, e a Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1.994.

Art. 2º - O Programa de Atendimento Domiciliar aos Idosos destina-se a atender a pessoa idosa em seu próprio domicílio, a fim de suprir suas necessidades da vida diária.

Art. 3º - O Programa de Atendimento Domiciliar aos Idosos terá como beneficiárias as pessoas que preencham os seguintes requisitos:

- I - ter no mínimo sessenta anos de idade;
- II - ser dependente.

Parágrafo Único - Para fins desta lei, considera-se dependente a pessoa que não tenha condições próprias de subsistência, que necessite de cuidados médicos e cuja renda familiar mensal seja inferior a três salários mínimos.

Art. 4º - O Programa de Atendimento Domiciliar aos Idosos será desenvolvido, no âmbito da Secretaria de estado da Saúde, por equipes multidisciplinares, constituídas pelo menos de cinco profissionais, compostas necessariamente de médico, auxiliar de enfermagem, nutricionista, fisioterapeuta e assistente social.

Art. 5º - Os procedimentos a serem adotados para o atendimento domiciliar ao idoso serão estabelecidos através de regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela visa tão somente a atender ao dispositivo constitucional garantido ao idoso desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal.

O que se pretende com o projeto de lei que Institui o Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso e dar ao mesmo um tratamento mais humano e mais digno a este que contribui sobremaneira para o desenvolvimento do país, evitando com isso a superlotação nos hospitais e até mesmo nos asilos em nosso Estado.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados:

Quero nesta tarde falar um pouco da nossa Casa. A nossa Casa que não se resume apenas neste Plenário da Assembléia, na presença dos senhores deputados, mas, a nossa Casa que engloba um corpo de funcionários que têm sido, eficientes na função em que cada um desempenha aqui dentro sendo assessores de gabinete de parlamentares ou trabalho internamente nas comissões, nos departamentos que ela possui. Nesta Casa que tem todo este corpo de funcionários que nós, às vezes, batemos os ombros pelos corredores, que às vezes até sequer os cumprimentamos porque confundem-se muitas vezes entre aqueles que nos visitam no dia-a-dia porque não tem um crachá no seu peito e a Casa não adota o uniforme. São pessoas comuns que transitam por este prédio, por esta administração. São pessoas que se conhecem apenas por sua função ou apenas pela sua imagem física no dia a dia pelos corredores da Assembléia.

É assim na taquigrafia, é assim na imprensa, é assim no departamento médico, na administração, nas comissões, enfim, em todos os setores da nossa Assembléia Legislativa.

E aí a gente pergunta: O que tem por traz desta gente? O que estes funcionários fazem no seu dia-a-dia fora do seu expediente de trabalho? Que relacionamento têm eles? Que atividades praticam? O que fazem todo dia? Pois bem, senhores deputados, tenho convivido com os funcionários desta Casa. Tenho procurado conviver de perto, saber suas angústias, seus problemas, mas, também saber dos seus momentos de alegria a descontração no momento em que fazem seu lazer também.

E assim tem sido nos últimos anos quando realizamos aqui na capital do Estado, os Jogos dos Servidores Públicos do Estado do Paraná. E esta Assembléia sempre esteve representada, esta Assembléia sempre trouxe de lá no dia 28, que é o dia consagrado ao servidor público do Estado do Paraná, sempre trouxe para dentro desta Casa uma quantidade enorme de troféus e medalhas.

E por isso, no último sábado, estivemos presentes no encerramento dos 49º dos Servidores Públicos não apenas como parlamentares mas também como atleta por que nós, há tempo, estamos disputando dentro de alguma categoria pela Casa, como futebol de areia, futebol de salão. Estamos lá também fazendo o nosso papel como um atleta que ainda não pendurou as chuteiras, que ainda teima em chegar a alguma posição na área esportiva, mas, muito mais, para fazer de isto tudo um conagração da Casa, deputado, do parlamentar, com os funcionários que trabalham em vários setores aqui da Assembléia Legislativa. Aqui, mesmo, temos da taquigrafia, o Airtinho, que está passando ali, que é um extraordinário craque de bola; temos aqui na redação as nossas companheiras, nossas amigas, que às vezes sequer cumprimentamos e que sequer sabemos os nomes destas pessoas, não conseguimos guardar os nomes de todos. Mas, às vezes passam como pessoas anônimas, pessoas desconhecidas, mas que são o coração desta Assembléia. A Assembléia não funciona só com os parlamentares. A Assembléia funciona, acima de tudo, com a presença dos seus funcionários, que são peças importantes nesta Casa. Por isso, queria pedir, no momento em que recebemos nosso companheiro, deputado Ângelo Vanhoni, a quem cumprimentamos pela sua destacada atuação neste pleito eleitoral e recebemos o companheiro Beto Richa, eleito vice-prefeito de Curitiba. Mas, queria pedir, neste momento, um pouquinho de atenção dos senhores parlamentares para que olhassem aqui para esta tribuna e conhecessem os nossos atletas campeões, que levantassem, por favor, nossos atletas e nossas atletas, que recebessem os cumprimentos, porque aí estão os troféus que durante 15 dias foram de disputa renhida de futebol de salão, de vôlei, de basquete, de tranca, de truco, de futebol de areia, do master, do futebol de salão.

E eu queria dizer, peço um pouco mais de espaço, porque estou falando em nome da Casa, não em nome do

deputado Algaci Tulio. Mas, vejam, durante aproximadamente dois meses foram realizados os jogos dos servidores do Paraná e as competições organizadas numa Olimpíada estão na sua 49ª edição e conta com competidores de todas as esferas do governo do Estado, participam os quadros dos funcionários público municipal, estadual e federal.

Senhor presidente, gostaria de dar atenção aos companheiros da Casa, é justo.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não quis interrompê-lo, mas iria sugerir que Vossa Excelência suspendesse seu pronunciamento, que nós lhe concederemos, posteriormente, cinco minutos do Pequeno Expediente, porque é evidente que os parlamentares, neste momento, estejam a cumprimentar um colega nosso que retorna de uma campanha.

(Pausa)

Continua com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

(Lê):

“Com 19 modalidades masculinas e 15 femininas, os Jogos dos Servidores reuniram este ano cerca de 2.000 competidores, onde 30 entidades de Curitiba e região metropolitana brigaram pelos títulos.

A Assembléia Legislativa do Estado, com apoio da Mesa Executiva e Diretoria Geral mais uma vez brilhou nas competições. Com 97 atletas, a Assembléia trouxe para casa 15 troféus em diversas modalidades:

Masculino:

- Atletismo	3º lugar
- Basquetebol	3º lugar
- Futebol de Areia (série livre)	5º lugar
- Futebol de Areia Master	3º lugar
- Futsal (série livre)	5º lugar
- Futsal Master	3º lugar
- Natação	3º lugar
- Natação Master	4º lugar
- Sinuca	3º lugar
- Tênis de Mesa	8º lugar
- Tranca	6º lugar
- Truco	6º lugar
- Voleibol Master	3º lugar
- Xadrez	4º lugar

Feminino

- Atletismo	2º lugar (geral)
- Basquetebol	5º lugar
- Bolão	2º lugar
- Futebol de areia	4º lugar
- Futsal	4º lugar
- Sinuca	6º lugar
- Tênis de mesa	5º lugar
- Tranca	2º lugar
- Truco	2º lugar
- Voleibol	4º lugar

- Voleibol de areia 2º lugar”

Com 146 pontos no total, nossos 97 atletas obtiveram a quarta colocação no geral, ficando atrás da Associação da UFPR, Prefeitura Municipal de Curitiba e Polícia Militar do Paraná (sendo que nenhuma das anteriores apresentou menos de 180 atletas nas competições).

Mais um importante troféu veio para a Assembléia Legislativa - o de Melhor Torcida. É a valorização do funcionário pelo colega de trabalho - sinal de que a união mais uma vez fez a nossa força.

Não podemos deixar de destacar que temos o goleiro menos vazado, que é o Marco Aurélio - Chefe da Segurança da Casa.

O esforço dos nossos funcionários, que não obstante o dia de trabalho nesta Casa (e às vezes até noite adentro no cumprimento de seu dever), treinam em finais de semana, em busca do aperfeiçoamento no esporte, traduziu-se nos troféus que ora trazemos a este douto Plenário.

A todos os nossos 97 atletas, orgulho deste Poder Legislativo, através dos Coordenadores: Marco Aurélio Bartolino Arpino, Antonio Carlos Santos (Carlão), Dante Annibelli, Eloana e Sueli (extensivo a todos) o nosso reconhecimento e os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

Senhor presidente, no momento que esta Casa puder dar ao seu funcionário interno um pouco mais de condições, um pouco mais de atenção também para que ele possa se utilizar daquilo que ele tem além do seu trabalho diário aqui nesta Casa, certamente, no ano que vem, quando teremos os 50 anos dos Jogos dos Servidores Públicos, tenho certeza que esta Casa vai trazer - quem sabe - muitas medalhas de ouro.

Por isso, em nome deste parlamentar, em nome de todos os parlamentares desta Casa, que tenho certeza é extensivo também da Mesa Executiva, os cumprimentos a cada um de vocês que realmente honrou a camisa, o uniforme da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa associa-se ao pronunciamento do deputado Algaci Tulio e creio que indiscutivelmente em nome de todos os parlamentares desta Casa, em nome de todos os demais funcionários da Assembléia Legislativa por esta conquista dos nossos funcionários nos Jogos do Funcionário Público, promovido pela ASPP, e externa a cada um dos nossos funcionários a sua alegria, a sua satisfação principalmente por saber que durante a competição os nossos funcionários tiveram a consciência plena e total que o relacionamento entre os servidores dos demais Poderes é de suma importância para todos nós.

Recebam, portanto, os nossos funcionários aqui presentes e aqueles que aqui não vieram, os votos de con-

gratulações e a extensão da nossa alegria por esta representação do nosso Poder.

Parabéns a você.

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor presidente, nobres Pares.

É com satisfação que ocupamos esta tribuna, em primeiro lugar para fazer referência à imprensa, ala dos jornalistas, em especial à jornalista Roseli Valério, porque muito raramente é divulgado nos jornais a assiduidade de um parlamentar, de um deputado, e numa das colunas assinada por ela, ela destacou a assiduidade deste parlamentar, a frequência, e mencionou também que nesta quinta-feira houve a falta de muitos parlamentares e então aproveito o ensejo para não só justificar, mas fazer uma espécie de prestação de contas à pessoa do nosso presidente da CPI do Roubo de Cargas, deputado Cesar Seleme, que convidou a mim e ao deputado Baratter que o representássemos e representássemos a CPI do Roubo de Cargas e, conseqüentemente, representássemos também a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em uma reunião das CPI's Estaduais do Roubo de Cargas do sul do nosso País.

Contamos neste encontro com a presença do Senador Romeu Tuma, ele que é presidente da CPMI, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que trata do mesmo assunto.

Tenho em mãos um resumo, e gostaria que ficasse registrado nos Anais de nossa Assembléia Legislativa.

(Lê):

“REUNIÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CPMI

O presidente da CPMI, senador Romeu Tuma, fez a abertura dos trabalhos explanando sobre os trabalhos desenvolvidos pela CPMI desde sua instalação em 29.03.2000, falou da importância da reunião no Estado de Santa Catarina e da integração dos três Estados juntamente com a CPMI, buscando a troca de informações para minimizar os problemas relacionados com o roubo de cargas que, sem sombra de dúvidas é um braço forte do esquema do narcotráfico no Brasil e verificou-se que, a cada dia que o roubo das cargas está ligado ao sistema de compra por encomenda e o roubo maior está entre os aparelhos eletrodomésticos e gêneros alimentícios (22%).

Logo a seguir passou a palavra ao vice-presidente, deputado Mário Negromonte que enalteceu a iniciativa do encontro e teceu comentários concernentes aos trabalhos da CPMI e entregou aos presentes cópias de seu projeto de lei, que cria o sistema nacional de prevenção, fiscalização e repressão ao furto e roubo de veículos e cargas. O deputado federal Pompeo de Mattos, do Rio Grande do Sul, foi o próximo orador e citou seus projetos de lei em tramitação pela Câmara Federal como mecanismos de combate ao roubo de cargas pelo País.”

Foi interessante que verificamos, senhor presidente, nobres pares, que mais uma vez o Paraná, não ape-

nas marcou presença neste evento, mas também como já havia dado o ponta pé inicial desde o contato, a ligação, o interativismo à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, quando na pessoa do presidente dessa CPI, deputado Cesar Seleme, Deputado Algaci Tulio e este deputado que vos fala, estivemos em visita a Brasília e fomos a primeira Assembléia Legislativa, a primeira CPI do Roubo de Cargas a entregar vasto número de documentos, um dossiê com três volumes espessos, contendo nomes, contendo denúncias, contendo uma farta contribuição ao trabalho da CPMI.

O senador também passou a palavra aos representantes do setor de transporte no Estado de Santa Catarina, Federações e Associações, que explanaram sobre suas carências e suas dificuldades com relação ao esquema elaborado pelas quadrilhas de roubo de cargas, solicitando que as CPI's não frustrem suas expectativas, pois crêem que soluções reais irão aparecer com trabalhos das CPI's nos Estados.

Isso também nos deixou muito entusiasmados, uma vez que vivemos dias em que a área política, ou os políticos de um modo geral, de certo modo são desacreditados, muitos julgam não dever depositar confiança ou credibilidade na figura do homem público, do político. E quando vemos as federações com seus representantes, associações do gênero, torcendo e apostando e depositando credibilidade no nosso trabalho.

Isso em muito já nos foi, confesso, recompensador. (Lê):

“Logo após, o senador Tuma passou a palavra aos deputados estaduais relatores das CPI's. O deputado Francisco Áppio, do Rio Grande do Sul foi o primeiro a se pronunciar, e fez um resumo dos trabalhos desenvolvidos naquele Estado pela CPI, que foi instalada em 15 de março de 2000, quando ao final entregou cópia do relatório final da CPI sobre o crime organizado e distribuiu cartazes dos caminhoneiros desaparecidos no Rio Grande do Sul.

O deputado Pastor Edson Praczyk logo a seguir, usou da palavra para explanar sobre os trabalhos da CPI, citando os excelentes projetos que a CPI apresentou na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, entre eles o Projeto de Lei nº 143/2000, que autoriza a criação do centro de informações de furtos e roubos de veículos e cargas no Paraná - aguardando o governador sancionar - bem como o Projeto de Lei nº 155/2000, que autoriza a implantação do centro de apoio ao caminhoneiro nas rodovias do Paraná, aguardando a sanção do governador e dos Projetos de Lei nºs 156/2000 e 213/2000 (na pauta de hoje), em tramitação.

Dentre os quais o Projeto nº 213/2000, que está na pauta de hoje, como o 12º item. O deputado João Henrique, presidente da CPI no Estado de Santa Catarina, foi o último orador e comentou os trabalhos da CPI naquele Estado e as providências que a CPI irá tomar, em relação às informações e denúncias apresentadas nos trabalhos em Florianópolis e na audiência pública (?). O senador

Romeu Tuma finalizou os trabalhos, agradecendo a participação dos membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no Congresso Nacional, a presença dos deputados federais e estaduais, os relatores das CPIs dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e dos presidentes das Federações e Associações do Transporte e Carga de Santa Catarina e agradeceu também o presidente da Fetranscencsc pela iniciativa brilhante do primeiro encontro dos transportadores de cargas do estado de Santa Catarina, encerrando assim a audiência”.

Aproveito o ensejo, além de prestar essas contas, posso assim dizer, justificar a minha ausência e do deputado Baratter, repetindo que nós, quinta-feira, não podíamos estar ao mesmo tempo em dois lugares, ocupando dois espaços distintos. E também enfatizar que, nós, como membros da CPI, contamos que a nossa voz venha a ecoar até a pessoa do nosso governador, que tem em mãos dois projetos de iniciativa da CPI do Roubo de Cargas, aguardando apenas a sua sanção.

Era o que tínhamos para registrar, senhor presidente, nobres pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Pequeno Expediente, o deputado Luiz Carlos Zuk havia solicitado a sua inscrição.

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados, esta Casa no dia de hoje, como em todos os dias da sua funcionalidade tem procurado registrar os bons, maus e todos aqueles momentos, em que vive a família do Paraná, sentindo em nossa Nação brasileira toda a sorte de problemas e, principalmente, de fatos que engrandecem a nós todos, a classe política.

Hoje, senhor presidente, senhores deputados, esta Casa, mais uma vez foi vitoriosa, na pessoa do vice-prefeito de Curitiba, eleito, nosso colega, Beto Richa. Mas foi muito mais agraciada pelo reconhecimento do trabalho feito, por um outro companheiro também de Beto Richa, que disputando a eleição, fez com que esta Casa fosse engrandecida na sua representação e mesmo não conseguindo, por uma margem pequena de votos, historicamente agregou a si e a seus companheiros e a nós todos deste parlamento, a responsabilidade aqueles, que bem querem servir o mandato que possuem.

Quero, neste instante, senhor presidente, senhores deputados, homenagear o nosso companheiro Ângelo Vanhoni, que sem e a não ser os seus leais companheiros, que sem condições financeiras, sem a máquina da Prefeitura, do Estado e das Prefeituras do interior e sem os poderosos ao seu lado, mas tão somente aqueles companheiros desta Casa, que quiseram com ele carregar a pesada passagem para a Prefeitura de Ponta Grossa, ser entregue às mãos do povo curitibano, temos a satisfação de dizer, mesmo perdendo, o Vanhoni foi um vencedor -

não só ele, nem tão somente o seu vice-prefeito e nem aqueles, que como vereador, que aqui se encontram: Samek e outros coordenadores da sua campanha deram uma amostra ao Paraná que com vontade, com ideal e com honestidade poderemos nós, agregando o que foi feito nesta campanha, somarmos para a vitória de 2002, do povo paranaense chegando aqui ao lado, ao Palácio Iguazu, um mandatário, igual ao Vanhoni, igual ou semelhante a todos nós, desta Casa, mas com vínculos políticos com este Parlamento, com o Poder Judiciário e com o povo do Paraná.

Chega de tecnocratas, o Paraná bem conhece a administração que está implantada em solo paranístico, onde esta bancada do governo e mais precisamente um valeroso deputado, que expõe até a sua integridade física, sendo presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o prezado amigo deputado Algaci Tulio, sobe na Tribuna, reclama do tratamento dado à bancada do governo. E nós vemos e o Paraná presenciou, através do comitê de imprensa que o líder do Governo, outro nosso amigo, Valdir Rossoni, ficou ate encabulado das palavras ditas por um deputado que vota com o governo, que sustenta o governo, neste Parlamento, com o seu voto, com a maioria da bancada governista, e não consegue falar com o governador! Se um detentor de mandato que é deputado, não consegue falar com o governador, vejam os senhores o povo que não tem mandato, o empresário, que tem problema, o comerciante, que possui dificuldade, o profissional liberal, que tem alguma coisa a ser resolvida? Se não consegue o deputado falar com o governador, quem poderá falar com o governador?

Requeiro o tempo do PDT, senhor presidente.

Mas agora, quando a vitória não foi dele, a vitória foi por mérito do Beto Richa e do atual prefeito de Curitiba, quem foi o primeiro a levantar a mão e dizer: “Ganhamos a eleição?” Se ele era proibido de aparecer na televisão porque tirava voto! Que governador é esse? Não participou da eleição a não ser nesta parte que nós vamos ler aos senhores deputados. Ônibus de Ibaiti, placa do ônibus -BW15730. Parava este ônibus, no dia da eleição em frente ao Colégio Estadual, desçam alguns militantes. Lá se encontravam alguns partidários do deputado Ângelo Vanhoni, e pasmem os senhores deputados, com a maior tranquilidade do mundo aquelas pessoas que desciam do ônibus diziam: “Nós somos do interior, viemos conhecer a capital e ganhamos R\$70,00 para estar aqui”. Está escrito nos jornais do Paraná. Está transcrito em quase todos os jornais do Paraná. Crime eleitoral, o nome da pessoa, Roberto. Os militantes do PT têm o conhecimento, tem a fotografia e a Polícia Militar foi testemunha. Não apreenderam o ônibus por quê? Por interferência de outros que não deixaram que isso acontecesse.

Por isso, Vanhoni, mesmo perdendo a eleição, porque não tínhamos nem possuíamos e não é da nossa índole comprar a eleição, o Vanhoni foi um vencedor: é

um vencedor porque mostra aqueles poderosos que com dinheiro ganharam com as calças na mão. Não conseguiram fazer uma distância, porque o povo está chegando perto, a água já vem pela retaguarda deles e eles vão ter que aprender a nadar, no interior do Estado, para voltar a ser governador do nosso Paraná.

Antes era fácil, meia dúzia de gato pingado, eu li, o dinheiro, não apresentavam proposta e fazia o Paraná inteiro engolir aquilo que não era bom e não é bom para todos nós, mas aqui nos encontramos, senhor presidente Caíto Quintana e senhores deputados, o Paraná presente dando uma amostra no interior do Estado, aonde nosso companheiro lá em Cascavel, venceu a eleição e é nosso querido deputado Edgar Bueno, o nosso ex-deputado Samis da Silva, lá na nossa longínqua e na divisa com o Paraguai em Foz do Iguaçu, vindo mais para cima o nosso companheiro Nedson, que disputou uma eleição sabendo que ia perder para o senado da República mas marcou a sua presença e aí está o fruto daquele seu sacrifício, disputando a eleição. Todos o João em Maringá, temos o Péricles em Ponta Grossa, que tentou três vezes a chegar a ser prefeito da cidade, nessa última vez conseguimos com que o Péricles fosse o prefeito. Poderia eu descrever outros municípios do nosso Estado, aonde vários deputados situacionistas apoiaram a Oposição porque não tinham outro caminho, o caminho era de verdade, o caminho era da identificação, o caminho é aquele que todo o Paraná deseja: é de tirar esse homem do Palácio Iguazu, ele e os seus amigos que venderam o Banco do Estado, que delapidaram o patrimônio no nosso querido Estado feito com sangue, suor e sacrifício.

A Copel, a nossa Sanepar, só falta o Porto de Paranaguá, e acredito que vão chegar lá.

Mas o que eu quero senhor presidente, senhores deputados, é não me desviar do assunto, é cumprimentar o nosso como já disse no início, vice-prefeito Beto Richa que engrandece a sua disputa eleitoral, filho do ex-governador e senador José Richa, que muito de perto se identificou com a família do Paraná e principalmente com a família do funcionalismo público do Estado.

Quanta gente tem saudades do teu pai, Beto Richa, um governo que espezinha, um governo que não dá aumento, um governo que não dá valor, agora vai no dia da eleição comemorar a vitória que não foi dele, a vitória foi de duas pessoas, do Cássio e do Beto Richa, o Jaime se aparecesse tirava voto e eu já aqui estaria dizendo: governador perdeu a eleição, e hoje afirmo governador perdeu a eleição porque não participou, quem participou foram realmente os candidatos.

E do nosso lado, senhor presidente, senhores deputados, fica o agregado desta que faltou poucos votos para a prefeitura de Curitiba, mas no dia de amanhã com esta somatória e mais gente vendo que precisa mudar este estado de coisas como todo Brasil foi sacudido pela Oposição, nós haveremos com esses que faltaram hoje ter uma sobra no dia de amanhã, e nós chegarmos com o povo de volta ao Palácio Iguazu.

Alguém pode brincar, mas de que jeito? O atual governador não representa o povo? Vai perguntar para o povo se representa? No primeiro turno da capital quando ele apareceu o povo respondeu, fez com que aquilo que era barbada Samek, você que é de Curitiba, aquilo que apregoavam aos 4 cantos da nação, que o Jaime ia ganhar a eleição no 1º turno, perdeu, e a eleição do 2º turno foi ganha pelo candidato à prefeito e o vice-prefeito.

Hoje, estampado no mesmo jornal “Lerner tem uma sobrevida para a sua ambição nacional”.

Eu tenho a certeza absoluta, senhores deputados, de que o vôo dele está curto. O que ele fez no governo do Estado todo mundo conhece, todo mundo sabe, e a cada dia nós voltaremos nesta tribuna, para que durante os dois anos que nos sobram de mandato nós estarmos aqui vigilantes com o governador, discriminação com prefeitos candidatos da Oposição eleitos, nós não vamos aceitar desta tribuna, Edgar Bueno e outros companheiros, tenho a certeza que vocês terão de nós da Oposição e alguns companheiros da Situação, o tratamento igualitário naquilo que é feito às suas comunidades.

Por isso, senhor presidente e senhores deputados eu quero homenagear o Ângelo Vanhoni para que fique registrado nos anais desta Casa a vitória do povo curitibano, vitória consagrada os votos recebidos e a honestidade de propósito que foi colocada por uma pessoa, que mesmo com dificuldade de andar, não teve dificuldade para exteriorizar o pensamento do povo de Curitiba e do Paraná, que nós precisamos mudar e a mudança vem já em 2002.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente e senhores deputados usou a tribuna na tarde de hoje, como líder do PTB, para fazer aqui também, algumas considerações com relação ao pleito eleitoral.

Ouvi daquela tribuna manifestação até de certa forma agressiva, pelo seu próprio estilo, o deputado Zuk, quando ao seu estilo procura fazer a análise do resultado eleitoral de Curitiba.

Entendo que passado o processo eleitoral deputado Zuk a melhor fórmula de fazermos uma análise fria, serena, tranqüila e equilibrada de um processo eleitoral, é acima de tudo aquele que disputa uma eleição voltar-se para dentro de si, analisar por que razão eu perdi. Não tenho a menor dúvida, de que pelo que conheço, o deputado Vanhoni, pela sua forma como tem se conduzido aqui no Plenário da Assembléia, com certeza, essa análise ele está fazendo e, não tenho a menor dúvida de que não irá daquela tribuna atribuir acusações de forma leviana a este ou aquele, pelo resultado do pleito eleitoral.

Há que se render sim, senhores parlamentares homenagens àqueles que de uma forma audaciosa, corajosa e determinada tiveram a grandeza de enfrentar um pleito eleitoral da magnitude como é este de Curitiba. Há de se render a homenagem até ao deputado Vanhoni.

Mas, não podemos de forma alguma deputado Zuk, fazer aqui neste Plenário acusações infundadas de comprometer este ou aquele homem público de vidas, com certeza construída ao longo de muito tempo, de muito trabalho na vida política, pelo resultado eleitoral, pelo sucesso ou insucesso.

Com certeza, se a vitória fosse de Vanhoni, aqui estaria ou estaria na mídia do Estado ou na mídia Nacional, o senador Requião, o senador Álvaro Dias. Por que não o governador Jaime Lerner? Por que é o seu grupo que venceu a eleição aqui no Paraná. A vitória na verdade, não é apenas deste ou daquele, porque política se faz no conjunto das forças, num grupo. Ninguém nasce, ninguém acaba construindo Liderança isoladamente. Liderança se faz no conjunto das forças vivas que trabalham por um objetivo maior que é o resultado eleitoral.

Por isso, como líder do PTB nesta tarde, quero parabenizar aqui, o crescimento do nosso Partido no contexto político paranaense, fazendo no Paraná um grande número de prefeituras municipais. O crescimento do nosso Partido, ostentando um dos cargos mais importantes do Paraná, que é o de vice-prefeito, conquistado pelo nosso querido deputado Beto Richa, deputado que, com certeza, tem um futuro promissor no Paraná, deputado que herda um dos nomes mais respeitados deste Estado, que é o do seu pai, de um patrimônio construído com grandeza, com dignidade, de um homem que marcou época e até hoje continua eternizado no coração dos paranaenses.

Por isso, como líder do PTB quero nesta tarde, me somar a esta conquista extraordinária do prefeito Cássio Taniguchi, do nosso vice-prefeito Beto Richa.

Tenho certeza que tanto o Cassio quanto o Beto, neste momento, atribuem o resultado eleitoral, ao conjunto das forças que com eles estiveram neste pleito, aos deputados, aos vereadores, aos líderes comunitários, e por que não ao próprio governador? Com certeza eles, neste momento, sabem do papel importante e fundamental que cada um teve no contexto deste pleito eleitoral, porque senão, aqui não estariam, mas a grande lição que todos nós políticos, parlamentares, deputados estaduais, federais, senadores, o próprio governador, prefeitos que aí estão, a grande lição sim que temos que tirar, é que o povo passou, através da urna, um recado a todos nós. Precisamos nos preocupar com o atendimento direto ao nosso eleitor, precisamos voltar as nossas atenções a programas altamente sociais, para que não tenhamos decepções no futuro. Esta é a lição que temos que tirar, não apenas o governador. Nós mesmos, parlamentares, daqui a dois anos vamos vivenciar as mesmas dificuldades, se não repensarmos o momento político que estamos vivendo.

Esta é a lição que as urnas nos passou, porque o eleitor é sábio, o eleitor é inteligente e sabe muito bem, no momento oportuno, corresponder àqueles que souberam, através da sua ação determinada, ousada, corajosa e empreendedora, mostrar ao Paraná, quem está no caminho certo. Se neste momento Cassio e o Beto aí estão é porque na verdade, Curitiba soube compreender o trabalho extraordinário implementado pelo nosso prefeito Cassio Taniguchi, trabalho no campo social, em todos os campos administrativos de Curitiba, esta é, na verdade, a grande conquista que foi no dia de ontem, conquistada pelo Cassio e pelo Beto. Parabéns Beto e tenha certeza que o seu nome com certeza, a partir de agora, estará inserido no contexto estadual para outros grandes eventos políticos do Paraná, porque o Paraná aprendeu a lhe conhecer, o Paraná com certeza, ainda nestes dias, adora o nome do seu pai e nós haveremos de estar em muitos embates juntos, no curso de outras campanhas políticas no nosso Estado.

Um abraço pela sua vitória.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Concedo a palavra ao 5º orador, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Não posso deixar nesta tarde de hoje, nesta segunda-feira, logo após a decisão do pleito eleitoral de 2º Turno na capital do Estado do Paraná, em Curitiba, daonde o candidato Cassio Taniguchi do Partido da Frente Liberal vence as eleições e fico feliz de ver o Partido do qual faço parte, buscar o resultado que conseguiu nas urnas no dia de ontem, uma votação expressiva nas urnas no dia de ontem.

Uma votação expressiva, onde tivemos a demonstração de que o Cássio Taniguchi com o Beto Richa, candidato a vice-prefeito, foi lembrado como o bom administrador que é, foi lembrado como a pessoa de bem, tranqüila, equilibrada, preparada para administrar a capital do Estado.

Fico feliz de ver o Cássio Taniguchi, nesse 2º turno, sendo o prefeito do PFL, eleito no Estado do Paraná. E mostrando para o Brasil que Curitiba, realmente, é administrada por um grupo político, por uma corrente política de pessoas de bem, de pessoas que realmente têm a capacidade administrativa. E o curitibano no dia de ontem demonstrou.

Tenho a certeza que mesmo sendo uma disputa apertada, onde o Cássio venceu, o eleitor curitibano, como o eleitor paranaense demonstra nas urnas com o resultado de Londrina, com o resultado de Cascavel, onde o nosso companheiro Edgar Bueno venceu, com o resultado de Ponta Grossa e de Maringá, que existe dentro do raciocínio do paranaense que algumas questões têm que ser analisadas pelo grupo que tem o comando do

Estado do Paraná. E tenho a certeza que o resultado das urnas vai fazer com que aqueles que dirigem e governam o nosso Estado do Paraná, façam uma reflexão profunda para poder, nas questões que não estão no caminho certo, possam ser reestudadas, redimensionadas e realinhadas, fazendo com que nós votemos de uma forma importante, de uma forma tal a ajudarmos com que os paranaenses tenham um governo o qual eles esperam.

Parabéns, aqui, ao nosso companheiro Beto Richa eleito vice-prefeito de Curitiba; parabéns ao Cássio Taniguchi, que demonstrou junto com a militância do PFL, junto com os companheiros de todos os Partidos que fizeram parte da sua coligação, que é o preparado e é aquele que o curitibano quer como prefeito.

Parabéns ao PFL no Estado do Paraná; parabéns ao Cássio; ao Beto e a todos aqueles que estiveram do lado dos curitibanos mostrando que a lâmpada do Cássio Taniguchi foi acesa e iluminou o Estado do Paraná, dando uma importante vitória a ele.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente nem no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: PST. PT. PPB. PMDB. PFL. PSDB.

(Declinam)

PTB. Com a palavra o deputado Beto Richa.

O SR. BETO RICHÁ

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho a esta tribuna para manifestar os nossos profundos agradecimentos ao povo de Curitiba, que através das urnas conferiu a vitória ao prefeito Cássio Taniguchi e a este deputado na condição de vice-prefeito de Curitiba. População essa que nos recebeu com muito carinho, nos motivando a todo momento, nos entusiasmando durante a campanha, que foi uma campanha árdua, uma campanha acirrada e uma campanha longa. Participamos desta eleição por mais de 4 meses, onde percorremos todas as regiões da nossa cidade. Passamos por várias vezes em cada um dos 75 bairros de Curitiba, e onde tivemos em todos os eventos, sejam comícios, reuniões, jantares com lideranças comunitárias, andando pelas ruas, os pontos de comércio, conversando com as pessoas nas ruas, nos pontos de ônibus, fomos muito bem recebidos.

Então, agradeço à população curitibana, não apenas pela vitória que nos conferiu, mas, acima de tudo, pela forma como nos receberam durante toda essa caminhada que foi muito longa.

Agradeço também aos nossos companheiros deputados que foram grandes, foram muito companheiros nesta eleição estando lá, prestigiando, manifestando seu apoio, pedindo aos seus companheiros, às suas militâncias e familiares. Presenciei vários senhores deputados ao nosso lado, nos dando este apoio que foi fundamental na nossa eleição.

Agradeço aos vereadores, candidatos a vereadores, mesmo aqueles que não foram eleitos mas que, de sobremaneira, nos apoiaram e conseguimos muitos votos em função destes companheiros que percorreram toda a cidade de Curitiba.

À nossa militância principalmente, que demonstrou nestes últimos dias, a sua convicção, o seu trabalho. Militância esta voluntária que nos ajudou principalmente nos últimos dias na campanha, em momentos decisivos onde a população realmente deu a virada desta eleição.

Agradeço aos amigos da imprensa que, a todo momento, fizeram a cobertura com isenção, mostrando os fatos que aconteciam durante toda a campanha.

Agradeço aos funcionários da Assembléia Legislativa, agradeço às pessoas da Região Metropolitana de Curitiba que também participaram da eleição em Curitiba justamente pelo reconhecimento do que é feito hoje pela cidade de Curitiba em parceria com os municípios da Região Metropolitana. Vários municípios já estão conturbados com a nossa cidade de Curitiba e acaba sendo uma coisa só. E, os municípios que são beneficiados pela administração do Cássio Taniguchi, com esta integração que existe hoje na Grande Curitiba, nos apoiaram decisivamente.

Agradeço também aos companheiros prefeitos do interior que vieram aqui à capital manifestar o apoio à nossa candidatura. Somos gratos por esta participação!

Agradeço a todos os companheiros que, de uma forma ou de outra, participaram da nossa eleição! Agradeço ao deputado Marcos Isfer pela participação que teve na campanha! Sei que não foi uma campanha fácil, muitas coisas aconteceram, mas, agradeço pela firmeza do deputado Marcos Isfer, pelo companheirismo e pela condução da campanha porque sei o quanto é difícil se administrar uma campanha deste tamanho!

E, agradeço também ao secretário Heinz Herwig, pela participação da mesma que Vossa Excelência teve na nossa campanha. Decisiva também!

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Beto Richa, quero cumprimentá-lo até porque fazemos parte do mesmo colegiado e é muito importante quando um companheiro desta Casa sai, independente de Partido, para poder representar, passando do legislativo para o executivo.

E, quero em nome do povo de Londrina, cumprir Vossa Excelência porque temos certeza que Vossa Excelência irá chegar ainda neste mandato como vice, a assumir a prefeitura de Curitiba, e será a primeira vez que um londrinense será prefeito da capital.

Parabéns a Vossa Excelência, foi um feito memorável e pode ter certeza que seus conterrâneos de Londrina estão felizes pela ascensão de Vossa Excelência seguindo a mesma trilha do seu pai, com ponderação e sobretudo com sobriedade e honestidade. Parabéns!

O Sr. Marcos Isfer

Gostaria de dizer ao nobre deputado Beto Richa que foi uma grande satisfação trabalhar ao seu lado, ao lado do prefeito Cássio Taniguchi, antes de tudo porque são pessoas que honram a nossa cidade de Curitiba.

E, dizer que em todos os momentos que pude acompanhá-lo vi que a escolha do seu nome para vice-prefeito de Curitiba foi acertadíssima uma vez que Vossa Excelência esteve em todos os momentos participando intensamente da campanha, demonstrando conhecer a cidade de Curitiba e, principalmente, em todos os momentos cativando os eleitores arduamente no dia a dia de campanha.

Então, meus parabéns pela sua atuação, pela forma brilhante como desenvolveu a campanha toda!

O Sr. Cesar Seleme

Deputado Beto Richa, eu não poderia deixar de me pronunciar nesta tarde para parabenizá-lo e também para que fique nos anais desta Casa, fique registrado, a importância da sua candidatura como vice-prefeito para a vitória do prefeito Cássio Taniguchi.

Curitiba teve a oportunidade de conhecê-lo com maior profundidade e todos aqueles que lhe acompanharam em reuniões, e eu tive esta oportunidade, puderam sentir sua liderança, a sua garra, sua determinação, que foram extremamente decisivas nesta eleição. Quem não reconhece isto está, realmente procurando tapar os olhos. Não quer enxergar. Tenho certeza absoluta que o prefeito Cássio Taniguchi é uma pessoa extremamente inteligente, tem demonstrado isto. E irá recompensá-lo e valorizá-lo pela sua atuação.

O povo do Paraná e de Curitiba, as lideranças políticas, a própria imprensa estará atenta, porque realmente, todas, de forma unânime, independente de partido político, sabem que se não fosse seu empenho, sua garra, sua determinação, dificilmente o prefeito Cássio Taniguchi teria chegado à vitória.

Parabéns! Continue assim. Vossa Excelência é uma liderança que está despontando para o Paraná. E tenho certeza absoluta de que veremos seu nome brilhar muitas e muitas vezes na história política do Paraná.

O SR. BETO RICHÁ

Obrigado, deputado Cesar Silvestri.

Enfim, agradecemos a todas as pessoas que participaram, de uma forma ou de outra, decisivamente para que tivéssemos a vitória no dia de ontem. Reconhecemos, por outro lado, o crescimento da Oposição em todo o País. Reconhecemos que sopraram os ventos da mudança. E aqui no Paraná não foi diferente. Só foi conseguido se conter isso aqui em Curitiba, graças à administração do prefeito Cássio Taniguchi. Eu sou testemunha, acabei conhecendo melhor a nossa cidade através desta campanha, que foi muito intensa. Como eu falei, percorri todos os cantos, todas as regiões, passei por várias vezes em cada um dos bairros da cidade. E pude presenciar a

satisfação da população com a administração do prefeito. Pude presenciar a marca do Cássio Taniguchi em cada um destes bairros. Seja o transporte coletivo que nós temos, de qualidade, um dos melhores sistemas de transporte coletivo do mundo.

Isto vem sendo copiado, vêm missões, técnicos, políticos, de várias partes do mundo, buscar o exemplo do nosso sistema de transporte, o exemplo eficiente, ágil, que oferece à população segurança, conforto e um sistema, realmente, que percorre toda a cidade. E com uma tarifa, apenas. A tarifa social de R\$1,00, pode-se percorrer, dentro da cidade, até 90 Km. Transporte este que é integrado com 12 municípios da região metropolitana. E que vem, a cada ano, sendo inovado e ampliado. Graças ao Plano 1000, que levou 1000 Km de pavimentação às ruas de Curitiba. Hoje, faltam apenas 600 Km para se pavimentar toda a cidade de Curitiba.

Ora! E a transformação urbana da nossa cidade, que tivemos mais de 162 missões no último ano, aqui presentes, no IPPUC, para buscar informações sobre o planejamento urbano da nossa cidade. Destas 162 missões de 35 países diferentes. Tudo isto, esta urbanização de Curitiba, está intimamente ligada à área social. O Plano 1000, que levou este asfalto, aonde as crianças tinham problemas respiratórios em função do pó na frente da casa, pararam de ter este problema. Isto é um avanço social.

Enfim, tantas outras áreas em que Curitiba hoje é exemplo, modelo, e vem se firmando como referência para o resto do mundo.

Gostaria, aqui, de parabenizar o deputado Ângelo Vanhoni, que foi um vitorioso nestas eleições. A disputa estava muito acirrada e conseguimos vencer por pouco mais de 3%. Parabenizo o deputado Ângelo Vanhoni. Parabenizo o Partido dos Trabalhadores pela atuação que tiveram nesta campanha. Uma atuação do mais alto nível. Evidente que em determinados momentos da campanha, devido ao acirramento, ao aguerrimento das militâncias, ao calor da campanha, em determinados momentos, houve excesso. Eu, também, talvez, tenha cometido alguns excessos. Quero, aqui desta Tribuna, pedir desculpas ao deputado Ângelo Vanhoni, se por ventura vim a ofendê-lo ou criticar sua candidatura. Mas, jamais fiz qualquer tipo de crítica, e jamais farei, de ordem pessoal. Seja ao deputado Ângelo Vanhoni, ao seu vice, José Maurino, ou qualquer um dos militantes ou dos adversários, dos partidos adversários de oposição, que se uniram em prol da candidatura do deputado Ângelo Vanhoni, que, reconhecemos que saiu destas eleições com uma nova liderança política do Estado do Paraná, das Oposições. Então, nossas congratulações ao deputado Ângelo Vanhoni, cujo relacionamento nesta Casa, não apenas com Vossa Excelência, mas com todos os deputados de Oposição, como os deputados de situação procurei manter este relacionamento no mais alto respeito e cordialidades com Vossas Excelências.

Então, os nossos parabéns ao Partido dos Trabalhadores, ao deputado Ângelo Vanhoni, partido que teve um crescimento muito grande, temos que reconhecer, no Estado do Paraná, conseguindo prefeituras como Londrina, Maringá e tantas outras. Então, os nossos parabéns ao deputado e pela condução da campanha durante todos estes meses.

Sei também dos ataques que o deputado Ângelo Vanhoni sofreu na sua própria trincheira, a todo momento sendo cobrado para que fosse mais agressivo, para que aquele estilo daquelas pessoas que o cobravam, estilo truculento, com bravatas, e ele se manteve firme, se manteve em cima de propostas, uma campanha altamente positiva, não cedendo às pressões destes políticos que a urna demonstrou o sepultamento desta prática política personalista, desses que se julgam verdadeiros donos de partidos que não escutam a sua militância, os seus companheiros, vereadores, deputados, enfim, querem conduzir o partido a seu bel prazer e suas conveniências.

E quero dizer, para finalizar, senhor presidente, senhores deputados, que embora a disputa tenha sido apertada, o resultado nas urnas, a diferença foi de apenas 3,9%. Quero dizer que vamos governar a cidade com toda a população de Curitiba, porque a cidade é uma só e os índices de aprovação de administração do prefeito Cássio Taniguchi chega a aproximadamente 75%.

Era isto, senhor presidente, quero agradecer a todos, parabenizar as oposições, os nossos companheiros deputados que foram decisivos neste embate político e que saímos vitoriosos. Agradeço a todos. Obrigado, senhores presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero comunicar a Vossa Excelência e aos deputados que reassumo o meu mandato em função da licença que retirei em decorrência do segundo turno das eleições na capital do Estado.

E quero rapidamente agradecer o apoio, o empenho e a consideração que tive por parte de todos os companheiros da Assembléia Legislativa. Independentemente de partido, mesmo eu sendo da Oposição, sei que tenho o carinho e a consideração de todos aqui presentes em função do relacionamento amistoso, da disputa pelas idéias em relação ao nosso governo, a política, mas sei que por todos eu sou muito querido e tenho o apreço de todos os parlamentares. Mas o meu agradecimento especial é aos meus companheiros de bancada de Oposição que me deixaram muito orgulhoso por terem participado junto comigo nesta caminhada aqui na capital do Estado.

Mais do que o Vanhoni ser vitorioso ou qualquer um companheiro ser vitorioso em função de número de votos, acho que quem ganhou foi a população de nossa cidade, foi Curitiba que ganhou. Não teve um templo de igreja nesta cidade, não teve uma fábrica, não teve um bairro, não teve uma esquina, não teve uma família que não discutiu o processo da nossa cidade. Foi discutido se o Cássio tinha a melhor proposta, se devia continuar ou

não devia continuar, se o Vanhoni era melhor ou era pior. Quer dizer, houve um processo de discussão tão rico na cidade de Curitiba que mobilizou o conjunto da cidade. Um bilhão de pessoas se mobilizaram durante estes últimos 60 dias para tomar uma decisão e a decisão acabou sendo tomada no dia de ontem. Então, isto é muito rico porque quem aprendeu com isto foi o conjunto da cidade, todos os curitibanos aprenderam. Uma esperança eu acho que brota no peito do ponto de vista do sentimento democrático, brota no peito e se afirma em cada cidadão curitibano. Então, o segundo turno destas eleições, este processo eleitoral acho que nunca mais vai permitir que a cidade de Curitiba seja a mesma. Houve uma mudança do ponto de vista do sentimento, da interiorização de cada um dos desafios que cada um tem pela frente e das suas responsabilidades.

Me sinto muito orgulhoso por ter participado deste processo. Sei que tenho uma responsabilidade ao longo da minha vida daqui para a frente a qual não me defrontava até então. Metade da capital do Estado, de uma maneira ou de outra, deposita uma confiança, deposita responsabilidade naquilo que vou fazer daqui para frente, não só eu, muita gente que participou, junto comigo, desse processo.

Então, isso para mim é uma coisa que me deixa com muito orgulho. É algo que não acontece na vida de todo mundo, sei perfeitamente bem disso.

E quero agradecer em especial, na realidade não é agradecer, quero pedir desculpas ao deputado Beto Richa, porque quando fiz algumas considerações em relação ao que aconteceu durante o processo da campanha não foi ao deputado Beto Richa, acho que foi um mal entendido quando nós nos cruzamos ali. Foi em algumas coisas que algumas pessoas acabaram, enfim, nós sabemos que no calor da campanha muita coisa que não deve acontecer acaba acontecendo. Daqui para a frente acho que a gente não tem que ficar rememorando e olhando para o passado, acho que nós temos que construir o futuro.

O desafio está, não só para nós da oposição, mas também para o Beto e para o Cássio. Acredito que se governarem o Estado e governarem a cidade de Curitiba como tem governado, não tenha dúvida, a história vai passar por cima e o trator da mudança vai atropelar os governantes.

O recado a população de Curitiba deu, a população do Estado do Paraná está dando. Deseja a transparência administrativa, deseja a honestidade no trato da coisa pública, deseja investimentos na área da educação, na área da saúde.

As coisas não estão bem para o povo brasileiro, como não estão bem também para o nosso povo aqui de Curitiba.

Então, esse é o sentimento que despertou no Brasil inteiro, um sentimento novo, de participação política da sociedade. Acho que quem ganha com isso é o Brasil, quem ganha com isso é a democracia.

Podemos ser um País melhor, menos tristeza, mais distribuição de renda, vida melhor para a maioria do nosso povo. É possível realizar isso se a gente estiver na frente do Poder Público pessoas que possam ter um pouco mais de honestidade, mais de transparência, alargar os espaços públicos para que as pessoas possam participar da definição de prioridades, do acompanhamento de cada cidade, de cada Estado e do nosso País.

Acho que nós enquanto brasileiros fomos vitoriosos nesse processo. E nós curitibanos fomos mais vitoriosos ainda porque resgatamos uma esperança de mudança que há muito tempo não palpitava no peito dos curitibanos.

Eu me sinto orgulhoso e deixo um abraço aqui aos meus amigos da oposição porque estiveram junto comigo desde o primeiro momento em cada comício, em cada reunião no comitê, em cada momento difícil estiveram dando a sua solidariedade e o seu apoio físico para que a gente pudesse chegar a esse momento.

O que nós construímos não é para nós, o que nós construímos é para a história das pessoas que estão vivendo esse momento da nossa sociedade; e o que nos construímos é para os nossos filhos. Por isso, deixo para vocês aqui um abraço.

Amanhã ainda venho para a Assembléia, mas na quarta-feira, vou descansar na casa do meu velho avô, vou sentar na beira de um bambuzal, porque lá na China, lá no Japão, o bambuzal é a árvore da esperança, e como Curitiba um dia vai ser a cidade da esperança, eu vou lá me reconfortar com o velho bambuzal do meu avô.

Um abraço a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta Mesa, como já foi feito em outras oportunidades, mas quer reforçar após a participação de dois deputados nossos envolvidos no pleito eleitoral, reforçar o seu regozijo e satisfação de ter contribuído nesse pleito eleitoral com candidaturas como a do deputado Edgar Bueno, do deputado Péricles de Melo, deputado Valdir Pugliesi, deputado Sérgio Spada, deputado Fernando Carli, Albanor Gomes, Geraldo Cartário, Tiago Amorin, já saudados em razão de ser eleições concluídas em primeiro turno. E essa presidência gostaria de no dia de hoje cumprimentar, especialmente o deputado Beto Richa e Vanhoni, que retornam à Casa após um embate de 2º turno, em partidos diferentes, disputando arduamente uma campanha eleitoral, mas mantendo essa possibilidade característica da democracia, de poder num final de um pleito, ao encontrar dar as mãos, porque a disputa por mais árdua que seja é no campo eleitoral, ela, sobre hipótese alguma, acaba prevalecendo para a questão pessoal entre os seus envolvidos.

Sai profundamente engrandecida a Assembléia Legislativa pelos seus deputados que elegeram e também por aqueles, que em uma experiência mais, não conseguiram aquilo que pretendiam, mas demonstraram o valor, a capacidade e o empenho de nossos parlamen-

tares. A Assembléia está de parabéns, pelo número de candidatos que teve, nesse pleito municipal.

Parabéns a todos.

No Grande Expediente, ainda, o último orador, deputado Geraldo Cartário, pelo PSL - Liderança.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados.

A instituição prefeito, os prefeitos do Paraná, nessa reeleição, conseguiram 38% de aprovação. Trinta e oito por cento dos prefeitos se reelegeram. A nossa instituição parlamentar, de deputados estaduais, conseguiu 50%. Analisando que os prefeitos são aqueles que assinam cheque, inauguram obras, certamente que a nossa instituição parlamentar está de parabéns, porque as dificuldades são muito maiores. Se analisarmos ainda que os deputados são, através de órgãos de comunicação, os mais criticados, pois nós, os deputados, não temos orçamento para podermos fazer frente, ao que estamos fazendo e trabalhando nesta Casa, haveremos de fazer uma reflexão, senhores deputados, e analisarmos, que não é à toa que esta Casa recebe centenas de pessoas por dias, em detrimento de poderes, aqui vizinhos, que praticamente não recebem ninguém. E se o povo do Paraná nos procura, a resposta foi dada nessa eleição.

Quero cumprimentar a bravura, a coragem de companheiros deputados que se submeteram, enfrentando a máquina das prefeituras, que enfrentaram. Quero cumprimentar o deputado Vanhoni, brilhante companheiros, que enfrentou o desafio e levou o povo de Curitiba às urnas e só nos minutos finais pudemos dizer, quem realmente estava ganhando e quem ganhou a eleição. Quero cumprimentar o bravo municipalista, político brilhante do Paraná, de Arapongas, que é o companheiro Waldyr Pugliesi, que enfrentou o desafio da máquina de Arapongas e mesmo assim, com uma excelente votação.

Quero cumprimentar o Carli, de Guarapuava, companheiro nosso, que enfrentou o desafio da máquina da prefeitura. Quero cumprimentar o meu companheiro e amigo Tureck, de Campo Mourão, enfrentando o poder fantástico e que graças a eleição do companheiro Beto Richa, certamente, a partir de janeiro, estará convivendo conosco. Quero cumprimentar o companheiro Spada, também de Guarapuava.

Aos eleitos, Edgar Bueno, de Cascavel; ao Zezé, de Araucária, ao Beto Richa e a este deputado Cartário, se elegendo, de Fazenda Rio Grande. É realmente uma manifestação que queria dizer, para enaltecer o poder da Assembléia, o Poder Legislativo.

Chega de ficar criticando deputado, porque mesmo sem recurso e sem dinheiro, quando chamados a disputar eleição, os deputados do Paraná nunca se acovardaram e nunca fizeram feio, frente às urnas do nosso Estado.

O meu Partido, o Partido Social Liberal, elegeu um funcionário meu, de gabinete, vereador de Curitiba, que é o Bueno. O meu Partido Social Liberal, Partido do Edno

Guimarães, Partido de Luiz Carlos Martins, elegeu o vice-prefeito de Araucária que é o Lizandro, hoje vice-presidente pelo nosso Partido Social Liberal. O nosso Partido Social elegeu 85 vereadores no Paraná e 9 prefeitos.

Assumimos o Partido quando faltavam apenas sessenta dias para o término do prazo final de filiação para disputar a eleição no próximo ano. Hoje, dizia ao deputado Edno Guimarães e ao deputado Luiz Carlos Martins, que na próxima eleição, daqui a dois anos, o nosso Partido sairá com chapa completa, para deputado estadual, não coligando com outros Partidos, porque hoje o que sentimos, nesta eleição, é que o Brasil é fantasticamente o melhor País do mundo e o Paraná é um dos Estados mais certos, mas o que está faltando, no Paraná e no Brasil, é aquele pouco que temos que ter competência e capacidade para resolver, que é o problema social.

O nosso Partido Social, que sabe que a parte social está um caos no País, mas sabe que no liberal precisamos receber recursos de qualquer parte do mundo! Por isso que nosso Partido Social Liberal sai desta eleição vitorioso, esperando em 2002 elegermos uma grande representação de deputados estaduais e federais e quem sabe se haveremos de conseguir candidatos ao senado, a vice e a governador? Pois está provado que os pequenos se tornarão grandes, está aí o exemplo do Vanhoni, está aí o exemplo de tantos outros, está o exemplo, no Paraná e no Brasil, que Partidos com pouco estrutura, sem recursos financeiros, poderão chegar lá!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Apenas para constar, a Presidência determina que se registre em Ata o retorno do deputado Ângelo Vanhoni a Assembléia Legislativa.

No Horário da Liderança das Oposições, concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Sejam nossas primeiras palavras, na tarde de hoje, em nome da bancada oposicionista, de cumprimentos a todos os servidores públicos do Poder Legislativo do Paraná e aos servidores públicos paranaenses pela comemoração do seu dia, neste final de semana. E um cumprimento especial, sem sombra de dúvida, a todos aqueles que compõe o quadro de servidores desta Casa e o quadro de servidores das nossas assessorias parlamentares e de lideranças por terem dignificado e terem realmente honrado o nome da Assembléia Legislativa, do Poder Legislativo do Estado do Paraná, nas competições das quais participaram neste ano. A exemplo do que já fizeram tantas e tantas vezes quando vestindo a camisa, envergando a camisa da Assembléia Legislativa, dignificaram este Poder, enalteceram a ação e o trabalho de todos nós que aqui vivemos e aqui trabalhamos. Parabéns aos servidores públicos, parabéns pelas conquistas que

tiveram em nome do Poder Legislativo que engrandece a todos nós, pelos feitos alcançados!

Não poderia também, em nome da oposição, de neste momento estender os meus cumprimentos ao nosso colega de Assembléia, Beto Richa, pela vitória conquistada, no dia de ontem, na sua candidatura a vice-prefeito de Curitiba.

Sou amigo pessoal do Beto, sou amigo pessoal da sua família, como seu pai, em 1968 começamos uma jornada política quando meu pai se elegia vereador, pela segunda vez, em Jardim Alegre, nosso velho e aguerrido MDB.

Então tenho, pelo Beto, um respeito pessoal bastante grande e quero lhe cumprimentar, Beto, neste momento, por ter vencido as eleições de Curitiba, no dia de ontem.

Mas não poderia, senhor presidente, de maneira alguma, em nome da Oposição, e neste momento estender os meus cumprimentos ao nosso colega de Assembléia, Beto Richa, pela vitória conquistada no dia de ontem, na sua candidatura a vice-prefeito de Curitiba. Sou amigo pessoal do Beto, sou amigo pessoal da sua família, como o seu pai em 1968, começamos uma jornada política quando meu pai se elegia vereador em Jardim Alegre pela 2ª vez, no nosso velho e aguerrido MDB. Eu tenho pelo Beto realmente, um respeito pessoal bastante grande e quero lhe cumprimentar nesse momento, Beto, por ter vencido as eleições de Curitiba no dia de ontem.

Mas não poderia, senhor presidente, de maneira alguma em nome da Oposição, e também estender meus cumprimentos já o fiz pessoalmente no dia de ontem e o fiz hoje novamente, pessoalmente ao Vanhoni, e agora mesmo que ele não esteja no Plenário neste instante, já que está atendendo a diversos outros compromissos aqui nas dependências da Assembléia, eu não poderia de forma alguma deixar de cumprimentar o Vanhoni por tudo aquilo que ele representou nesse processo de eleições aqui em Curitiba, no dia de ontem.

Nós todos que aqui estamos, detentores de mandatos, assessores parlamentares, jornalistas, funcionários desta Casa, todos nós, aqueles que aqui estamos, de alguma forma somos profissionais, somos catedráticos em política e em campanha eleitoral.

Todos nós sabemos o que aconteceu no Estado do Paraná nessas eleições, as mudanças, os prenúncios, todos nós vimos o mapa político do Brasil sendo repintado, todos nós vimos o que aconteceu no dia de ontem, onde 31 cidades disputavam o 2º turno, quais foram os partidos que elegeram os seus representantes, que elegeram, quem não elegeram, porque elegeram, e porque não elegeram.

Todos nós que integramos a bancada de apoio à candidatura de Vanhoni, hoje temos consciência dos motivos pelos quais nós não conseguimos ganhar as eleições de Curitiba. Nós sabemos quais foram os motivos que não permitiram que nós chegássemos em 1º lugar, e também tenho certeza que todos os deputados

que aqui estão, todos aqueles que acompanham o dia-a-dia desta Assembléia e da política do Paraná, sabem também e tem consciência de quais motivos permitiram que o Cássio Taniguchi vencesse as eleições por alguns pontos percentuais a frente do Vanhoni.

Ignorar o que aconteceu seria de qualquer um de nós uma atitude até de demonstração de ignorância da vida política. “Nós sabemos porque perdemos, vocês sabem porque ganharam”.

Nós sabemos os instrumentos que usamos e vocês sabem os instrumentos que usaram, e não tenha dúvida que um dos instrumentos que mais pesou na decisão eleitoral, sem sombra de dúvida, foi a disparidade gritante da força econômica, da força administrativa que estava apoiando a candidatura do Prefeito Cássio Taniguchi e evidentemente não possuía essa mesma força econômica a candidatura do nosso companheiro deputado Ângelo Vanhoni.

A desproporção era gritante e nós todos temos consciência disso, de que os recursos que o Vanhoni pode investir em sua eleição, com certeza não somam sequer 10% daquilo que investiu o candidato que fazia a ele oposição.

Dizer aqui, que o Vanhoni teve uma postura correta no processo eleitoral, acho que isso é verdadeiro sim, porque cada um de nós a seu modo, a seu jeito talvez gostaria que a campanha conduzida pelo Vanhoni fosse pautada de uma forma diferenciada. mas, não só o Vanhoni, mas tantas outras pessoas entendendo que era o caminho certo, que seria o caminho de conquistar a vitória optou pela forma de conduzir a campanha como ela se conduziu. Se não deu certo os erros temos registrado aonde aconteceram. Mas, dizer aqui que em alguns momentos o Vanhoni fez isso ou aquilo que pudesse ofender a essa ou àquela pessoa é realmente querer tapar o sol com a peneira. Porque nesta eleição quem foi ofendido, quem foi massacrado, quem teve a sua vida aberta, esculhambada foi o Ângelo Vanhoni. Não de parte do Beto Richa, não talvez de parte diretamente do Cássio Taniguchi, mas sem sombra de dúvida daqueles que coordenavam a campanha, aqueles que militavam na campanha do Cássio, ultrapassaram os limites de respeito a uma pessoa como é o Ângelo Vanhoni, uma pessoa como é o Zé Maurino que foi candidato a vice.

Nós que acompanhamos os programas de televisão, que víamos as denúncias mexendo na vida íntima, pessoal do candidato, coisa que o Vanhoni em nenhum momento fez, coisa que o Zé Maurino em nenhum momento fez, mas que com eles fizeram.

Infelizmente, não tiveram para com o Vanhoni o respeito que ele merecia pela sua história de vida, pela sua história de luta democrática.

Posso dizer isso com a tranquilidade que sempre tenho na minha maneira de se expressar, na minha maneira de tratar as pessoas. Porque em 77, 78 quando morando, na Casa do Estudante do Paraná, militava na Política Estudantil, por muitas vezes me defrontei, me

encontrei com o Vanhoni que estava no Diretório Acadêmico no setor de Humanas, na Universidade Federal do Paraná. Eu no MDB, ele no Diretório Acadêmico, eu na Casa do Estudante Universitário, mas nós dois juntos lutando naquela ocasião contra a Ditadura Política que tínhamos neste País.

Hoje, para minha alegria digo para todos vocês, que tive realmente uma alegria muito grande, de poder estar ao lado do Vanhoni neste momento, 23 anos após, nós que lá atrás nos encontrávamos jovens idealistas, bastante magros até fisicamente, tivemos o privilégio de 23 anos depois nos encontrar na mesma trincheira de luta desta feita, não contra a Ditadura Política, porque ela de certa forma não existe neste País, mas lutando contra uma ditadura administrativa que se impôs aos servidores públicos, não só de Curitiba, mas de todo o Estado do Paraná.

Porque na 6ª feira, no sábado e ontem domingo, andando pelas ruas de Curitiba, mais de uma centena de servidores públicos do interior do Estado encontrei aqui em Curitiba e com eles conversando pude sentir que muitos vieram de uma forma obrigada e forçados para que aqui comparecessem.

Lutar ainda mais, senão contra uma ditadura política, mas uma ditadura econômica, de todos os setores que se colocaram contra este sentimento de mudança, que se implantou no Paraná.

Cumprimento, portanto, o deputado Ângelo Vanhoni nosso parceiro de Bancada Oposicionista nesta Casa, há 6 anos, pela vitória que conquistou, não só em seu nome pessoal, não só em nome do seu Partido, Partido dos Trabalhadores, mas em nome de um conjunto de partidos, de um conjunto de pessoas que realmente acreditam e sentem que as mudanças estão acontecendo e que no Estado do Paraná, ela já deu sinais. Porque a hegemonia conquistada pelo governador Jaime Lerner em 94, quando se elegeu governador. A hegemonia confirmada nas eleições municipais de 96, quando o governador elegeu a maioria gritante dos prefeitos do Paraná, isso já não se fez sentir, nas eleições de governador, quando venceu a Requião por uma diferença pouco superior a 5% dos votos do Paraná. Agora, nas eleições municipais quando a maioria dos prefeitos eleitos no Paraná, não pertence ao partido a base de apoio ao governo, quando na principal eleição do Estado do Paraná, à Curitiba, o Governo do Estado através do seu candidato, por pouco mas, por pouco mesmo, não teve que amargar mais uma derrota neste ano de 2000, nas eleições municipais.

Deixo aqui registrado em nome das Oposições, os nossos cumprimentos ao nosso companheiro Ângelo Vanhoni, pela postura que teve digna, honrada e correta de respeito a população de Curitiba, a acima de tudo, de respeito aos dois candidatos que a ele fazia Oposição nessas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto a Liderança do Governo se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria dos senhores deputados Beraldin e Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 15 (quinze) de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 140/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a estabelecer requisitos para criação, a autorização de funcionamento, o acompanhamento, a avaliação e o reconhecimento de cursos de graduação na área médica, das instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual Educacional de Educação e adota outras providências. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 205/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza a criação do Batalhão de Polícia Militar, sediado na cidade de Maringá. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 206/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a criação da Circunscrição Regional de Serviços de Trânsito - Ciretran, no município de Andirá. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 276/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que acrescenta parágrafo ao Artigo 1º, da Lei nº 12.027 de 04 de fevereiro de 1998. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 276/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a título de doação para a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, lotes urbanos sem benfeitorias, localizados no loteamento denominado Curitiba, na cidade de Cascavel, de propriedade do Estado do Paraná, com as divisas e confrontações constantes na matrícula nº 24.395, do 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, e abaixo descritos:

a) QUADRA 17

- Lote nº 01 - com área de 527,00 metros quadrados;
- Lote nº 02 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 03 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 04 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 05 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 06 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 07 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 08 - com área de 527,00 metros quadrados;
- Lote nº 09 - com área de 805,00 metros quadrados;
- Lote nº 10 - com área de 805,00 metros quadrados;
- Lote nº 11 - com área de 805,00 metros quadrados;
- Lote nº 12 - com área de 527,00 metros quadrados;

- Lote nº 13 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 14 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 15 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 16 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 17 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 18 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 19 - com área de 527,00 metros quadrados;
- Lote nº 20 - com área de 805,00 metros quadrados;
- Lote nº 21 - com área de 805,00 metros quadrados;
- Lote nº 22 - com área de 805,00 metros quadrados;

b) QUADRA 153/C

- Lote nº 01 - com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 02 - com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 03 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 04 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 05 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 06 - com área de 442,00 metros quadrados;
- Lote nº 08 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 09 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 10 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 11 - com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 12 - com área de 852,50 metros quadrados;

c) QUADRA 153/D

- Lote nº 01 - com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 02 - com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 03 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 04 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 05 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 06 - com área de 442,00 metros quadrados;

- Lote nº 07 - com área de 442,00 metros quadrados;
- Lote nº 08 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 09 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 10 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 11 - com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 12 - com área de 852,50 metros quadrados;

d) QUADRA 154/A

- Lote nº 01 - com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 02 - com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 03 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 04 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 05 - com área de 442,00 metros quadrados;
- Lote nº 06 - com área de 442,00 metros quadrados;
- Lote nº 07 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 08 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 09 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 10 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 11 - com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 12 - com área de 852,50 metros quadrados;

e) QUADRA 155/A

- Lote nº 01 com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 02 - com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 03 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 04 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 05 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 06 - com área de 442,00 metros quadrados;
- Lote nº 07 - com área de 442,00 metros quadrados;
- Lote nº 08 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 09 - com área de 476,00 metros quadrados;

- Lote nº 10 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 11 - com área de 852,50 metros quadrados;
- Lote nº 12 - com área de 852,50 metros quadrados;

f) QUADRA 156/A

- Lote nº 01 - com área de 780,00 metros quadrados;
- Lote nº 02 - com área de 780,00 metros quadrados;
- Lote nº 03 - com área de 510,00 metros quadrados;
- Lote nº 04 - com área de 510,00 metros quadrados;
- Lote nº 05 - com área de 510,00 metros quadrados;
- Lote nº 06 - com área de 510,00 metros quadrados;
- Lote nº 07 - com área de 900,00 metros quadrados;
- Lote nº 08 - com área de 900,00 metros quadrados;
- Lote nº 09 - com área de 2.610,00 metros quadrados;

g) QUADRA 156/B

- Lote nº 01 - com área de 3.770,00 metros quadrados;

h) QUADRA 158/A

- Lote nº 01 - com área de 747,50 metros quadrados;
- Lote nº 10 - com área de 476,00 metros quadrados;
- Lote nº 11 - com área de 527,00 metros quadrados;
- Lote nº 12 - com área de 747,50 metros quadrados;

i) QUADRA 161

- Lote nº 01 - com área de 845,00 metros quadrados;
- Lote nº 02 - com área de 845,00 metros quadrados;
- Lote nº 03 - com área de 442,00 metros quadrados;
- Lote nº 04 - com área de 442,00 metros quadrados;
- Lote nº 05 - com área de 442,00 metros quadrados;
- Lote nº 06 - com área de 442,00 metros quadrados;
- Lote nº 07 - com área de 442,00 metros quadrados.

Art. 2º - Fica a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, autorizada a transferir através de Escrituras Públicas, aos ocupantes e detentores de documentos expedidos por quem possuía o domínio na época da

alienação ou da promessa de venda, dos lotes urbanos do Loteamento Curitiba, identificados no Artigo 1º desta Lei, que comprovarem a legitimidade perante a Comissão Especial de Regularização do Loteamento Curitiba, na cidade de Cascavel.

Art. 3º - A comissão de que trata o artigo anterior será criada pelo Poder Executivo, através de Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta lei, sendo formada por um representante de cada uma das entidades abaixo, do município de Cascavel, e designados no mesmo Ato.

- a) Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar;
- b) Prefeitura Municipal;
- c) Ordem dos Advogados do Brasil;
- d) associação Comercial e Industrial;
- e) Ministério Público;
- f) Associação de Moradores do Loteamento Curitiba.

§ 1º - A comissão será presidida pelo representante da Companhia de habitação do Paraná - Cohapar.

§ 2º - Com exceção do representante da Associação de Moradores, nenhum representante de entidade poderá compor a comissão se possuir imóvel no referido loteamento, interesse ou atividade relacionada direta ou indiretamente com o mesmo.

Art. 4º - A comissão terá poderes para examinar os documentos, visando identificar os legítimos ocupantes dos lotes, lavrando as decisões e conclusões em ata e expedindo certidão para que a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, possa outorgar a respectiva Escritura Pública.

Art. 5º - Os ocupantes de lotes que não comprovarem a legitimidade da ocupação ou aquisição, deverão habilitar-se à regularização das respectivas áreas, mediante o pagamento de valor estabelecido pela comissão, em favor da Cohapar, através de pesquisa de mercado e avaliações oficiais.

Parágrafo Único - Os pagamentos mencionados nesta lei serão recolhidos em favor da Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.

Art. 6º - Constatando a comissão, a existência de má-fé na venda ou ocupação de lotes, deverá expedir documento ao Ministério Público para as providências judiciais cabíveis.

Art. 7º - A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para fixar normas para o seu funcionamento e receber os documentos, devendo concluir os trabalhos de estudos dos documentos e expedição de certidões para a Cohapar, no máximo em 90 (noventa) dias, a partir da sua constituição.

Art. 8º - Ficam excluídos dos dispositivos do art. 1º desta lei, os lotes de ocupantes e detentores de documentos expedidos por quem possuía o domínio na época ou

da promessa de venda dos lotes urbanos do Loteamento Curitiba, que estejam ocupadas por edificações constituídas e pertencentes à Administração Pública Estadual, ou que estejam sendo utilizados como logradouros públicos, esses serão indenizados na forma da lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.10.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator.

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 315/2000, de autoria do deputado Antonio Annibelli, que declara de Utilidade Pública, a Escolinha de Futebol PP, com sede e foro no município de Clevelândia. **Aprovado.**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 012/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que dispõe sobre o funcionamento dos trabalhos de Revisão Constitucional e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

TÍTULO I

DA REVISÃO CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Os trabalhos de revisão constitucional se regerão por esta Resolução e, subsidiariamente, pelas normas do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

§ 1º - As sessões dos trabalhos revisionais, ordinárias e extraordinárias, serão abertas com a presença de, pelo menos, 28 deputados estaduais, registradas pelas listas próprias e se realizarão:

I - as ordinárias, nos dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às 14 horas e terminando às 19 horas, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das 9 horas às 13 horas, sempre em sessões especiais, em horário diferente das sessões ordinárias normais;

II - as extraordinárias, mediante:

a) convocação de seu presidente;

b) decisão do Plenário decorrente de requerimento de 10 deputados estaduais ou de líderes que representem esse número.

§ 2º - Os trabalhos da Assembléia Legislativa, inclusive reuniões de Comissões, não poderão coincidir com os horários das sessões da revisão.

TÍTULO II

DOS TRABALHOS DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

Capítulo I

Da Direção dos Trabalhos

Art. 2º - Os trabalhos da revisão constitucional serão realizados sob a direção das Mesa da Assembléia Legislativa.

CAPÍTULO II

DA DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS DE EMENDA E DA VOTAÇÃO

Art. 3º - Na sessão seguinte à publicação destas normas, terá início a discussão preliminar da matéria, que se prolongará pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada.

Parágrafo Único - Antes de se iniciar a discussão, o presidente designará o Relator e, a pedido deste, nomeará relatores adjuntos.

Art. 4º - Poderão oferecer emendas nos 30 (trinta) primeiros dias de discussão:

I - qualquer deputado estadual;

II - representação partidária com assento na Assembléia Legislativa, por meio de líder.

§ 1º - As propostas deverão ser apresentadas em formulário definido pela Mesa, com expressa indicação do dispositivo, capítulo ou título da Constituição Estadual a que se referem ou com o qual tenham correlação.

§ 2º - As emendas deverão incluir, quando for o caso, disposições transitórias relativas à sua entrada em vigor.

§ 3º - É vedada a apresentação de propostas revisionais que:

I - incidam na proibição constante do § 4º do art. 60 da Constituição Federal;

II - substituam integralmente a Constituição;

III - digam respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas;

IV - contrariem a forma republicana de Estado e o sistema presidencialista de governo.

§ 4º - Poderão apresentar proposta revisional, observado o prazo fixado no *Caput* e nos termos do art. 3º desta Resolução, o governador de Estado, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado.

§ 5º - Fica assegurada, no prazo estabelecido no *caput* e nos termos do art. 3º, a apresentação de proposta revisional popular, desde que subscrita por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, em listas organizadas por, no mínimo, duas entidades associativas legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificados do título eleitoral;

II - a proposta será protocolada perante a Mesa, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas para a sua apresentação;

§ 6º - As propostas de que tratam os §§ 4º e 5º terão a mesma tramitação das demais, integrando sua numeração geral.

§ 7º - As propostas de emenda constitucional em tramitação na Assembléia Legislativa, ainda pendentes de parecer de mérito, serão transformadas em propostas revisionais e encaminhadas à Mesa da Assembléia Legislativa.

Art. 5º - Durante o período de discussão, o parlamentar poderá falar, uma só vez, em cada sessão, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 6º - Findo o prazo de apresentação das propostas, serão estas publicadas, tendo os deputados estaduais o prazo de cinco dias, contados da publicação, para apresentar emendas às propostas, as quais poderão ser supressivas, modificativas ou aditivas.

§ 1º - Admitir-se-á, ainda, o oferecimento, em plenário, no momento da votação, de emendas aglutinativas, resultantes de fusão de emendas em tramitação, ou destas com o texto de propostas em apreciação.

§ 2º - As emendas aglutinativas podem ser apresentadas pelos autores das emendas objeto de fusão, por 10 deputados estaduais ou por líderes que representem este número, devendo o Relator manifestar-se de imediato sobre elas, podendo oferecer subemendas.

§ 3º - No caso de apresentação de emenda aglutinativa, admitir-se-á destaque para a parte de emenda objeto da fusão que não tenha sido aproveitada no texto aglutinado, mediante requerimento de 10 deputados estaduais.

Art. 7º - Encerrada a discussão, as propostas revisionais e as emendas a elas oferecidas serão reunidas e organizadas em grupos, conforme a matéria constitucional a quem disserem respeito, e enviadas ao relator, que sobre ela emitirá pareceres no prazo de dez dias, podendo concluir pelo oferecimento de subemendas ou substitutivos.

§ 1º - Decorrido o prazo previsto no *caput*, sem manifestação do relator, poderá a matéria ser incluída na ordem do Dia, mediante aprovação pelo Plenário de requerimento subscrito por 10 deputados estaduais ou líderes que representem este número, podendo o parecer ser dado oralmente em sessão.

§ 2º - Em se tratando de parecer a grupo de propostas, concluirá aquele pela aprovação de uma delas, pela sua prejudicialidade ou rejeição das demais, pelo oferecimento de substitutivo ou pela rejeição global da matéria.

Art. 8º - Oferecido parecer à proposta revisional ou a grupo de propostas, será a matéria encaminhada à Mesa para publicação.

Parágrafo Único - As propostas revisionais, as emendas, subemendas, substitutivos, pareceres do relator, e outras matérias objeto de deliberação, apenas serão submetidas à deliberação em plenário, após publicação na pauta por duas sessões.

Art. 9º - Observado o interstício de 24 horas da publicação com os pareceres respectivos, a matéria será incluída na Ordem do Dia para apreciação.

§ 1º - A inclusão das matérias na Ordem do Dia obedecerá à ordem crescente dos dispositivos da Constituição sobre os quais incidam.

§ 2º - Será permitido a qualquer deputado estadual, antes de iniciada a Ordem do Dia, com apoio de 10 deputados estaduais ou de líderes que representem este número, requerer preferência para votação de proposta de emenda sobre as do mesmo grupo, observado o disposto nos artigos 177 e 181 do regimento Interno desta Casa.

Art. 10 - O encaminhamento da votação de propostas ou grupo de propostas será feito por dois oradores a favor, tendo preferência o autor da proposta, e dois contrários, previamente inscritos, pelo prazo de cinco minutos, além do relator.

Art. 11 - No caso de apreciação de grupo de propostas, terá preferência para votação aquela com parecer favorável ou substitutivo do relator, ressalvada a apresentação de requerimento na forma do § 2º do artigo 9º desta Resolução.

Art. 12 - Aprovada a proposta revisional, ou o substitutivo que regimentalmente tenha preferência, votar-se-ão, em seguida, os requerimentos de destaque apresentados, aplicando-se, no que couber, o disposto nos artigos 170 e 171 do Regimento Interno.

§ 1º - os destaques concedidos pelo Plenário serão votados logo após a aprovação do requerimento respectivo.

§ 2º - No encaminhamento da votação da matéria destacada, será observado o disposto no artigo 10.

§ 3º - As emendas não destacadas serão arquivadas.

Art. 13 - Cada matéria constitucional, depois de aprovada em primeiro turno, será remetida ao relator para realizar a compatibilização ou a sistematização dos preceitos e a consolidação do texto, com vistas ao segundo turno.

§ 1º - O relator terá o prazo de cinco dias para concluir os trabalhos mencionados no *caput* e enviar o texto à Mesa para publicação.

§ 2º - As emendas oferecidas em 2º turno de votação serão enviadas ao relator para apresentação de parecer em 48 horas, o que deverá ser publicado.

§ 3º - Observado o disposto no parágrafo único do artigo 8º, a matéria será incluída na Ordem do Dia para votação, tendo preferência em relação às ainda não votadas.

§ 4º - Na discussão, a palavra será concedida uma só vez aos oradores inscritos, no máximo de dois, com preferência para o autor, pelo prazo de cinco minutos, assegurado o uso da palavra ao relator, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º - Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação, seguida da apreciação dos requerimentos de destaque que somente poderão incidir sobre as emendas oferecidas no segundo turno.

§ 6º - Encerrada a votação, a matéria aprovada será encaminhada ao relator para oferecimento da redação final, dispensando-se esta, a juízo da Mesa, ouvido o relator, se aprovada sem emendas ou na forma de substitutivo integral.

§ 7º - A redação final será oferecida no prazo de 48 horas, sendo concluída em Ordem do Dia, observado o disposto no parágrafo único do artigo 8º.

§ 8º - A redação final será apreciada sem discussão, admitindo o encaminhamento de votação, que se dará por maioria simples e processo simbólico.

§ 9º - As dúvidas em relação ao texto serão dirimidas de imediato pelo Mesa, ouvido o relator.

§ 10 - Decorridos cinco dias da publicação da redação final, poderá a matéria ser incluída na Ordem do Dia, com preferência sobre qualquer outra, para promulgação como Emenda Constitucional de Revisão.

§ 11 - A inclusão da matéria na Ordem do Dia, para promulgação como Emenda Constitucional de Revisão, será feita a requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representem este número, sujeito à deliberação do Plenário, por maioria absoluta.

Art. 14 - A aprovação das matérias constitucionais dar-se-á por maioria absoluta de votos dos deputados estaduais.

CAPÍTULO III Dos Destaques

Art. 15 - O destaque das partes de qualquer proposição em tramitação, bem como de emenda do grupo a que pertencer, será concedido mediante deliberação do Plenário a requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representar este número, para:

I - votação em separado;

II - votação de emenda;

III - inclusão, no texto aprovado, de parte de emenda, subemenda ou proposição em tramitação.

§ 1º - Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados dentro de 24 horas que se seguirem à publicação. Na hipótese de parecer em Plenário, os requerimentos de destaque poderão ser oferecidos até o anúncio da votação da matéria a que se referirem.

§ 2º - O requerimento de preferência para votação dos destaques deverá ser subscrito por, no mínimo, 10 deputados estaduais ou líderes que representem esse número e apresentado até o início da Ordem do Dia. Ocorrendo o término da votação de uma matéria e iniciando-se, no mesmo dia, a votação da matéria em relação à qual inicia o requerimento de preferência, sua apresentação se dará duas horas antes de iniciada a votação.

§ 3º - Mediante requerimento de 10 deputados estaduais ou líderes que representem esse número e deliberação do Plenário, os requerimentos de destaque poderão ser votados em bloco.

§ 4º - terá prioridade para votação o requerimento de preferência que for protocolado primeiro. Número de subscritores, a preferência caberá aquele que tiver sido oferecido em primeiro lugar.

§ 5º - Anunciada sua votação e ausente o primeiro signatário do requerimento de destaque, ficará este prejudicado.

§ 6º - Aprovado requerimento na hipótese de destaque prevista no inciso I do *caput*, será submetida à votação a matéria destacada, ficando aprovada se receber votos positivos da maioria absoluta dos deputados estaduais.

§ 7º - Aprovado requerimento nas hipóteses de destaque previstas no inciso II e III do *caput*, considera-se incluída no texto respectivo a matéria objeto do destaque, se aprovada pela maioria absoluta dos deputados estaduais.

§ 8º - As propostas, as emendas e os destaques aprovados prejudicarão as proposições idênticas ou de finalidade oposta; os rejeitados prejudicarão as idênticas.

§ 9º - Rejeitado ou retirado o requerimento de destaque, ou ainda, de qualquer forma considerado prejudicado, a matéria respectiva retornará ao grupo ou proposição a que pertencer a será tida como aprovada ou rejeitada conforme o sentido da votação original.

§ 10 - As emendas com parecer favorável do relator serão votadas destacadamente, independentemente de requerimento nos termos deste artigo.

CAPÍTULO IV

Seção I

Dos Processos de Votação

Art. 16 - As votações serão realizadas por processo nominal, nos termos do disposto no Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

CAPÍTULO V

Do Adiamento da Discussão Ou da Votação

Art. 17 - O adiamento da discussão ou da votação poderá ser concedido pelo Plenário, mediante requerimento de, no mínimo, 10 deputados estaduais ou de líderes que represente, este número.

§ 1º - Quando, para a mesma matéria, forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, que, se aprovado, prejudicará os demais.

§ 2º - Os requerimentos não serão discutidos nem terão encaminhamento de votação.

CAPÍTULO VI

Da Retirada De Proposição

Art. 18 - O requerimento de retirada de qualquer proposição só poderá ser formulado por seu autor.

Art. 19 - Quando pedida a retirada de proposição com parecer contrário, o presidente deferirá o requerimento, independente de votação.

Parágrafo Único - Dependerá da aprovação do Plenário o requerimento para retirada de proposição.

I - com parecer favorável;

II - integrante de emenda aglutinativa;

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

Art. 20 - As bancadas dos partidos ou blocos serão representados por seus líderes na Assembléia Legislativa.

Art. 21 - Após o encerramento dos trabalhos, convocar-se-á sessão solene para promulgação, ficando prejudicadas as matérias não apreciadas.

§ 1º - As Propostas de Emenda à Constituição transformadas em propostas revisionais, nos termos do § 7º do artigo 4º, não apreciadas, poderão retomar sua tramitação normal na Assembléia Legislativa, desde que apresentado requerimento nesse sentido pelo primeiro signatário.

§ 2º - Quaisquer dúvidas ou lacunas suscitadas no curso do processo de Revisão Constitucional serão sanadas com base no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 22 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.06.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/00, de autoria do deputado Nelson Justus, que institui o Código de Deveres Fundamentais, a Ética e Decoro Parlamentar no Poder Legislativo do Estado do Paraná. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª Discussão. Emenda APROVADA. **O projeto irá à Redação Final.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 12/00, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a criação do Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.A.I.C., com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/00, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a criar e instalar uma Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná, em Sarandi. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 290/00, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná, a doar ao município de Marialva, o lote de terras nº 3/72, da Gleba Patrimônio de Marialva. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda- Aprovada.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/00, de autoria do deputado Nelson Garcia. Ficam impedidos, os órgãos da administração pública direta e indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. (**Publ. no D.A. nº 032, de 10.04.2000**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 106/00

P A R E C E R ;

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Garcia, tem por objetivo impedir os órgãos da administração pública direta e indireta, de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 30.05.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS- Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 106/00

P A R E C E R :

Do Parecer

De iniciativa do deputado Nelson Garcia, o projeto de lei visa impedir “os órgãos da administração direta e indireta de cobrarem taxa de inscrição em concursos públicos de ingresso em seus quadros”.

O autor justifica o intento legislativo afirmando que “pelo elevado número de pessoas que se inscrevem em concursos públicos, sendo que a maioria se encontra sem emprego, enfrentando grandes dificuldades para sua manutenção e de sua família”.

Do voto

O projeto de lei recebeu Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito das prerrogativas desta comissão, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 18.10.2000.

(aa) ADEMIR BIER - presidente
BETO RICHÁ - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 20 sessões do Projeto de Lei nº 106/00.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/00, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito - Roubo de Cargas, e autoriza o Poder Executivo determinar a integração da fiscalização tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas para o combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E S.P. (**Publ. no D.A. nº 083, de 20.06.2000**).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ROUBOS DE CARGAS

Relatório Parcial nº 03:

Com fundamento no artigo 10, do seu Regimento Interno, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Roubos de Cargas, após discussão e aprovação pela unanimidade de seus membros, abaixo assinados, resolveram emitir relatório parcial, justificado pelas seguintes considerações:

1 - considerando que dos depoimentos tomados pela CPI já foi possível constatar que é imperioso se faça presente a fiscalização tributária estadual nas ações repressivas contra os receptadores de cargas roubadas, a fim de que tais ações tenham eficácia e eficiência. Este entendimento é uma constante na opinião das pessoas e entidades que atuam no combate ao roubo de cargas. A prerrogativa da fiscalização tributária de não depender de mandados judiciais de busca e apreensão de mercadorias e bens, faz com que se possa estabelecer, com rapidez e legitimidade, a produção da prova material destes delitos, fundamental e imperiosa, para a punição dos culpados;

2 - considerando que uma das prioridades e objetivos desta CPI, além da ênfase às medidas de ordem preventiva, é oferecer propostas que assegurem a criação de uma estrutura repressiva devidamente aparelhada para combater o roubo de cargas;

3 - considerando, que a Constituição do Paraná, artigo 53, X, confere competência ao Poder Legislativo para estruturar e definir atribuições às Secretarias de Estado;

4 - considerando, finalmente, que além de ferir a segurança pública, o roubo de cargas atinge também a receita tributária do Estado, razão suficiente para que seja mobilizada sua fiscalização, e, no caso, de forma integrada às forças policiais para tornar efetiva e eficaz a ação repressiva do poder público;

A CPI dos Roubos de Cargas, pela unanimidade de seus membros, RESOLVE submeter à aprovação do Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná o presente projeto de lei, o qual objetiva estruturar a Delegacia de Polícia Especializada no Roubo de Cargas com uma equipe de fiscalização tributária que a torne apta e eficaz no cumprimento de seus objetivos.

Sala das Comissões, em 14.06.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 213/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo determinar a integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas para o combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná.

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar verificou que o projeto em tela tem caráter autorizatório, constituindo-se uma mera sugestão ao Poder Executivo não havendo portanto nenhum óbice para sua aprovação.

Diante do exposto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 213/2000

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se do projeto de lei, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito Roubos de Cargas, que visa integrar as ações das Secretarias da Fazenda e de Segurança Pública com a Delegacia de Estelionato e Desvio

de Cargas, no aspecto da Fiscalização Tributária, melhorando as condições no combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná.

Parecer

Além do contido no Inciso X, do artigo 53, da Constituição do Estado do Paraná, onde são conferidos poderes de definição de atribuições das Secretarias, o projeto em tela encontra amparo legal na mesma carta, em seu artigo 140, onde é função do Estado a fiscalização das atividades econômicas.

A mensagem autoriza ao Poder Executivo uma integração da atividade fiscalizatória e encontra respaldo na legislação.

Voto

Diante do exposto, este relator manifesta-se Favorável à matéria.

Sala das Comissões, em 18.10.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 213/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito Roubo de Cargas, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo determinar a integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e desvio de cargos para o combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente propositura tem por objetivo estabelecer a participação dos fiscais da Fazenda Estadual, no processo de prevenção e repressão no roubo de cargas em nosso Estado.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.2000

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 213/2000.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2055, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com apoio dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk, Caíto Quintana e Her-

mas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2066, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Ricardo Chab e Miltinho Pupio, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente. Este parlamentar e o deputado Ricardo Chab, na última sexta-feira, servimos de intermediários, em nome desta Casa e autorizados que fomos pelo presidente, deputado Nelson Justus, no sentido de que conseguíssemos encontrar uma solução para a crise que afetava a nossa Polícia Civil do Paraná.

E estivemos até por volta das 21 horas na Casa Civil, juntamente com o secretário da Casa Civil, Alcení Guerra; com o secretário de Segurança, José Tavares; com o procurador geral do Estado, Joel Coimbra; com o diretor da Polícia Civil, doutor Leonil; ainda com outros delegados e juntamente com a Comissão de Negociação das Entidades da Polícia Civil, que haviam já decretado a greve na última quinta-feira.

Por esta razão entendemos que deveríamos tomar uma posição de intermediários junto ao governo do Estado. E assim o fizemos. E conseguimos, conforme o documento que está anexado, para que esta Casa tome ciência do compromisso feito com o governo do Estado.

(Lê):

“COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ

Em Assembléia Geral, realizada no último dia 26 do corrente, na capital do Estado do Paraná, os policiais civis, representando as entidades abaixo especificadas:

1. União da Polícia Civil
2. Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Estado do Paraná - AEPEP
3. Sindicato das Classes Policiais Civis - Sinclapol
4. Associação dos Investigadores da Polícia Civil do Estado do Paraná
5. Associação dos Dactiloscopistas e Identificadores Dactiloscópicos da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Considerando que o governo do Estado do Paraná criou uma Comissão de Alto Nível no ano de 1997 para corrigir distorções de ordem salarial, tempo integral, dedicação exclusiva e plano de cargos e salários - e até a presente data a mesma não apresentou nenhuma conclusão ou medidas;

considerando que, para o exercício de uma mesma função determinados policiais recebem 51% a menos que outros, gerando distorção legal e insatisfação funcional;

considerando que, o governo do Estado, atendendo reivindicações, contemplou a Polícia Militar com melhorias e benefícios salariais, não estendendo os mesmos para a Polícia Civil, gerando assim uma distorção salarial maior do que a já existente;

considerando que a Constituição Estadual (art. 46), trata de forma igual as duas Corporações - Polícia Civil e Polícia Militar - e que o governo não vem observando este tratamento;

considerando que a crise de meios e recursos existentes na Polícia Civil tem prejudicado a atividade essencial da Corporação, que é a investigação policial, a colheita de provas, a apreciação da circunstância do fato e identificação de autoria;

considerando que a delegacias de Polícia têm servido - pela superpopulação carcerária - de palco para execução de penas em circunstâncias desumanas e desconformes à Lei de Execuções Penais (presos matam companheiros para ocupação de espaço nas celas);

considerando que as diversas reivindicações das entidades de classe da Polícia Civil, encaminhadas aos setores competentes da Segurança Pública do Estado não mereceram a devida atenção e respeito que a classe merece dada a relevância do trabalho que exerce,

propõe às autoridades competentes do governo do Estado do Paraná, o que se segue:

Para imediata suspensão do movimento reivindicatório:

A - Implantação, por decreto governamental, da isonomia salarial no tocante ao tempo integral e dedicação exclusiva - (TIDE);

B - Início imediato, de discussão com comissão especial da classe das seguintes reivindicações:

1. Plano de Cargos e Salários equivalente ao da Polícia Militar - parâmetro (em anexo).
2. Que o menor salário da Polícia Civil não seja inferior ao menor salário pago aos integrantes da Polícia Militar.
3. Retorno dos Policiais Civis à funções definidas por lei.
4. Agilização das promoções (processo retido na Casa Civil).
5. Exigência do 3º grau para ingresso nas carreiras policiais civis.
6. Melhoria de condições de trabalho: armamento, equipamento, informatização dos cartórios, material de expediente.
7. Retirada, das unidades policiais, dos presos à disposição da Justiça.

Curitiba, 27.10.2000.

(aa) ANTONIO CARVALHO

Presidente da Associação dos

Escrivães de Polícia do Paraná

WILSON VILLA

Presidente da União da Polícia Civil do Paraná

WILMAR DE MARINO BRASIL JR.

Secretário Geral do Sinclapol do Paraná

WILSON MONTEIRO

Associação dos Investigadores do Estado do Paraná

VERA LÚCIA HAUT

Presidente da Associação dos Dactiloscopistas e

Identificadores Dactiloscópicos do Paraná

JURANDIR PIRES ALVES

2º Vice-Presidente do Sinclapol do Paraná

Esta proposta foi assinada e foi recebida pelo chefe da Casa Civil e pelo secretário da Segurança Pública que também colocaram aqui as suas assinaturas.

Em seguida, tirou-se uma Ata do que se discutiu nesta sessão, nesta reunião, também assinada por todos os presentes com o governo do Estado se comprometendo aos seguintes esclarecimentos:

(Lê):

“Ata da reunião entre representantes do governo do Estado do Paraná e das classes policiais civis do Estado

Às 18 horas do 27 de outubro de 2000, no gabinete do senhor secretário-chefe da Casa Civil, Alcení Guerra, presentes o senhor secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, o procurador geral do Estado, Joel Coimbra, o delegado-geral da Polícia Civil, Leonil Ribeiro, o delegado-chefe da Divisão Policial da Capital, Paulo Ernesto de Araújo Cunha, o diretor do Instituto de Criminalística do Paraná, Marco Antonio Lagana, presentes ainda, os deputados estaduais Algaci Tulio e Ricardo Chab, além dos representantes das entidades de classe da Polícia Civil, a seguir relacionados: Antonio Carvalho, presidente da Associação dos Escrivães de Polícia do Paraná, Wilson Villa, presidente da União da Polícia Civil do Paraná, Wilmar Marino de Brasil Júnior, secretário-geral do Sinclapol do Paraná, Wilson Monteiro, presidente da Associação dos Investidores do Estado do Paraná, Vera Lúcia Haut, presidente da Associação dos Dactilógrafos e Identificadores Dactiloscópicos do Paraná e Jurandir Pires Alves, segundo vice-presidente do Sinclapol do Paraná, foi realizada a primeira reunião de negociações visando as reivindicações apresentadas pela categoria nesta data. Após a entrega do documento com as reivindicações ao senhor secretário-chefe da Casa Civil e manifestação verbal dos representantes das classes, foram iniciadas as discussões, sendo que, ao final, as partes acordaram o seguinte:

a) o governo do Estado concorda com o início imediato dos entendimentos com o início imediato do entendimento com a comissão especial indicada pela classe para estudar suas reivindicações;

b) a comissão de negociação é composta pelos representantes de classe presente nesta reuniões, já mencionados, mais representantes do senhor secretário-chefe da Casa Civil, secretário de Estado da Segurança Pública, procurador-geral do Estado, conselho da Polícia Civil e Assembléia Legislativa do Estado;

c) fica acordado que os estudos necessários à elaboração da mensagem de lei respectiva serão realizados até o dia 25 de novembro de 2.000, observadas as disposições contidas na lei complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

d) fica acordado que a mensagem a que se refere a letra “c” será enviada concomitantemente à mensagem relativa à Polícia Militar do Estado;

e) fica acordado finalmente que a realização do contido nas alíneas “a” até “d” está condicionada ao encerramento do movimento de paralisação, comprometendo-se os representantes de classe a comunicar ao secretário de Segurança Pública a decisão da categoria até às 12 horas do dia 28 de outubro de 2.000.

Curitiba, 27.10.2000.

(aa) ALCENI GUERRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO

Secretário da Segurança Pública

JOEL COIMBRA

Procurador-Geral do Estado

LEONIL RIBEIRO

Delegado-geral da Polícia Civil

PAULO ERNESTO DE ARAÚJO CUNHA

Delegado-Chefe da Divisão

MARCO ANTONIO LAGANA

Diretor do Instituto de Identificação do Paraná

RICARDO CHAB

Deputado Estadual

ALGACI TULIO

Deputado Estadual

WILSON VILLA

Presidente da União da Polícia Civil do Paraná

WILMAR DE MARINO BRASIL JUNIOR

Secretário Geral do Sinclapol do Paraná

ANTONIO CARVALHO

Presidente da Associação dos Escrivães de

Polícia do Paraná

WILSON MONTEIRO

Associação dos Investigadores do Estado do Paraná

VERA LÚCIA HAUT

Presidente da Associação dos Dactilógrafos e Identificadores Dactiloscópicos do Paraná Policial da Capital

JURANDIR ALVES PIRES

2º Vice-presidente do Sinclapol Paraná

Portanto, senhor presidente, no último sábado pela manhã, este parlamentar e o deputado Ricardo Chab estivemos na assembléia no Sinclapol quando um número de aproximadamente 200 policiais entenderam que deveriam paralisar o movimento. E, foi consolidado há poucos minutos atrás, numa Assembléia realizada no Clube Vasco da Gama, na região do Bom Retiro. Os policiais civis, portanto, acordaram de retornar aos trabalhos aguardando que o governo do Estado encaminhe a esta Casa até o dia 25 quando encaminhará Mensagem de melhorias à Polícia Militar, também à Polícia Civil.

Este foi o acordo e estamos pedindo ao Líder do Governo, à Bancada Situacionista bem como de Oposição, para que haja um entendimento de quando o governo encaminhar Mensagem da Polícia Militar tam-

bém encaminhará da Polícia Civil para atender às duas corporações no mesmo instante, não havendo, portanto diferenciação.

Era esta a comunicação que eu queria fazer à Casa porque, afinal de contas, este parlamentar e o deputado Ricardo Chab representaram a Assembléia nesta intermediação e é o que contém este requerimento colocado por Vossa Excelência, senhor presidente, à votação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Em votação o requerimento. Senhores deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar)

Só para colocar aqui que foi decisiva a presença dos deputados nesta reunião com o governo e com a Polícia Civil. E vai ser muito importante quando esta mensagem governamental que chega à Assembléia, para que nós possamos discutir aquilo que é uma necessidade e uma ansiedade da Polícia Civil, que é o Plano de Cargos e Salários. Acho que a Assembléia vai ter um papel fundamental, muito importante. E espero que tenhamos, aqui, uma ampla discussão, para que possamos resgatar as classes policiais civis. Há uma disparidade de salários muito grande. Há um descontentamento. E acho que esta mensagem governamental chegando aqui, vamos poder reparar as mazelas que existem na Polícia Civil.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Aprovado o requerimento.

Requerimentos nºs 1976 e 1977, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Caíto Quintana Waldyr Pugliesi e Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2009, de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Nereu Moura e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2034, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2035 e 2036, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2040, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2041 e 2042, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2043, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2044, a 2046, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2049 a 2054 e 2056, de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2057, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, com apoio do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2058, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2061 a 2064, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2032, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2037 a 2039, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, apresentamos à Mesa três requerimentos.

Um, nós já entramos em entendimento com o Líder do Governo, deputado Rossoni, no sentido de retirá-lo. É o que solicita o envio de expediente à Secretaria de Estado da Fazenda, solicitando cópias de empenho que dão origem aos recursos financeiros para fazer face às despesas do contrato de prestação do leilão do Banestado.

Outro que também ao final vou requerer sua retirada, requer envio de expediente ao chefe da Casa Civil, solicitando informações sobre o acordo celebrado entre a Empresa C.R. Almeida Engenharia e Construções e a Companhia Paranaense de Energia, a Copel.

E o outro é o que trata de envio de expediente à Casa Civil, solicitando cópia do decreto que fixou as atribuições dos cargos transformados em Lei nº 12.956/20000, que é a lei que transformou os cargos administrativos de inspetores de educação e que no próprio corpo da lei ela determinou, autorizou ao Executivo que fizesse depois as designações das funções. E até agora não tenho informação das novas designações - daí estou pedindo a Vossa Excelência que pratique a retirada deles para que possamos ter a informação segundo o deputado Líder do Governo, deputado Valdir Rossoni, apresentará na segunda-feira. Caso ele não apresente voltaremos a apresentar os requerimentos, mas este foi o entendimento que fizemos com ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Esta Mesa, apenas para entendimento, Vossa Excelência está retirando, portanto, os dois requerimentos momentaneamente?

(Assentimento do Requerente).

Deferido.

Esta Presidência parabeniza os atletas da Associação da Assembléia Legislativa do Estado pela participação no Quadragésimo Nono Jogos dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, organizado pela Associação dos Funcionários Públicos do Paraná, ASPP. Registre-se nos Anais desta Casa esta participação dos atletas da Assembléia Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após a presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 223, 273 e 324/2000.

Marco ainda uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 012 e 290/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 155, 205/99 e 090/2000.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS ALGACI TULIO, RICARDO CHAB E MILTINHO PUPIO, EM SESSÃO ORDINÁRIA DIA 30 DE OUTUBRO DE 2000.

“Comissão de Negociação da Assembléia Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná”

Em Assembléia Geral, realizada no último dia 26 do corrente, na capital do Estado do Paraná, os policiais civis, representando as entidades abaixo especificadas:

1 - União da Polícia Civil;

2 - Associação dos Escrivães da Polícia Civil do Estado do Paraná - AEPEP;

3 - Sindicato das Classes Policiais Civis - Sinclapol;

4 - Associação dos Investigadores da Polícia Civil do Estado do Paraná;

5 - Associação dos Datiloscopistas e Identificadores Datiloscópicos da Polícia Civil do Estado do Paraná;

considerando que o governo do Estado do Paraná criou uma Comissão de Alto Nível no ano de 1997 para corrigir distorções de ordem salarial - tempo integral, dedicação exclusiva e plano de cargos e salários - e até a presente data a mesma não apresentou nenhuma conclusão ou medidas;

considerando que, para o exercício de uma mesma função determinados policiais recebem 51% a menos que outros, gerando distorção legal e insatisfação funcional;

considerando que, o governo do Estado, atendendo reivindicações, contemplou a Polícia Militar com melhorias e benefícios salariais, não estendendo os mesmos para a Polícia Civil, gerando assim uma distorção salarial maior do que a já existente;

considerando que a Constituição Estadual (artigo 46), trata de forma igual as duas corporações - Polícia Civil e Polícia Militar - e que o governo não vem observando este tratamento;

considerando que a crise de meios e recursos existentes na Polícia Civil tem prejudicado a atividade essencial da corporação, que é a investigação policial, a colheita de provas, a apreciação da circunstância do fato e identificação de autoria;

considerando que, as delegacias de Polícia têm servido - pela superpopulação carcerária - de palco para execução de penas em circunstâncias desumanas e desconformes à Lei de Execuções Penais (presos matam companheiros para ocupação de espaço nas celas);

considerando que, as diversas reivindicações das Entidades de Classe da Polícia Civil, encaminhadas aos setores competentes da Segurança Pública do Estado não mereceram a devida atenção e respeito que a classe merece dada a relevância do trabalho que exerce;

Propõe às autoridades competentes do governo do Estado do Paraná, o que segue:

Para a imediata suspensão do Movimento reivindicatório

A - Implantação, por Decreto Governamental, da isonomia salarial no tocante ao tempo integral e dedicação exclusiva - TIDE;

B - Início imediato, de discussão com comissão especial da classe das seguintes reivindicações:

1 - Plano de Cargos e salários equivalentes ao da Polícia Militar - parâmetro (em anexo).

2 - Que o menor salário da Polícia Militar não seja inferior ao menor salário pago aos integrantes da Polícia Militar.

3 - retorno dos policiais civis às funções definidas por lei.

4 - Agilização das promoções (processo retido na Casa Civil).

5 - Exigência do 3º Grau para ingresso nas carreiras policiais civis.

6 - Melhoria de condição de trabalho: armamento, equipamento, informatização dos cartórios, material e expediente.

7 - Retirada, das unidades policiais, dos presos à disposição da Justiça.

Curitiba, 27 de outubro de 2000.

(aa) ANTONIO CARVALHO

Presidente da Assoc. dos Escrivães de Polícia do PR

WILSON VILLA

Presidente da União da Polícia Civil do PR

WILMAR DE MARINO BRASIL JR.

Secretário Geral do SINCLAPOL do PR

WILSON MONTEIRO

Associação dos Investigadores do Estado do PR

VERA LÚCIA HAUT

Presidente da Assoc. dos Datiloscopistas e

Identificadores Datiloscópios do PR

JURANDIR PIRES ALVES

2º Vice-Presidente do SINDACLAPOL do PR

PROPOSTA DA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO PARA AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS

Investigador / Escrivão - 1ª Classe = 1º Tenente

Investigador / Escrivão - 2ª Classe = 2º Tenente

Investigador / Escrivão - 3ª Classe = 1º Sargento

Investigador / Escrivão - 4ª Classe = 2º Sargento

Investigador / Escrivão - 5ª Classe = 3º Sargento

Dactiloscopista 1ª Classe - = 2º Tenente

Dactiloscopista 2ª Classe - = 1º Sargento

Dactiloscopista 3ª Classe - = 2º Sargento

Dactiloscopista 4ª Classe - = 3º Sargento

Identificador/Operador/Aux. de Necrópsia 1º Classe - = 1º Sargento

Identificador/Operador/Aux. de Necrópsia 2º Classe - = 2º Sargento

Identificador/Operador/Aux. de Necrópsia 3º Classe - = 3º Sargento

Identificador/Operador/Aux. de Necrópsia 4º Classe - = Cabo

Ata da reunião entre representantes do governo do Estado do Paraná e das classes policiais civis do Estado

Às 18 horas do 27 de outubro de 2.000, no gabinete do senhor secretário-chefe da Casa Civil, Alceni Guerra, presentes o senhor secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, o procurador geral do Estado, Joel Coimbra, o delegado geral da Polícia Civil, Leonil Ribeiro, o delegado-chefe da divisão policial da Capital, Paulo Ernesto de Araújo Cunha, o diretor do Instituto de Criminalística do Paraná, Marco Antonio Lagana. Presentes ainda, os deputados estaduais Algaci Tulio e Ricardo Chab, além dos representantes das entidades de classe da Polícia Civil, a seguir relacionados: Antonio Carvalho, presidente da Associação dos Escrivães de Polícia do Paraná, Wilmar Villa, presidente da União da Polícia Civil do Paraná, Wilmar Marino de Brasil Júnior, secretário-geral do Sinclapol do Paraná, Wilson Monteiro, presidente da Associação dos Investi-

gadores do Estado do Paraná, Vera Haut, presidente da Associação dos Datiloscopistas e Identificadores Datiloscópios do Paraná e Jurandir Pires Alves, segundo vice-presidente do Sinclapol do Paraná, foi realizada a primeira reunião de negociação visando as reivindicações apresentadas pela categoria nesta data. Após a entrega do documento com as reivindicações ao senhor secretário chefe da Casa Civil e manifestação verbal dos representantes das classes, foram iniciadas as discussões, sendo que, ao final, as partes acordaram o seguinte:

a) o governo do Estado concorda com o início imediato dos entendimentos com a comissão especial indicada pela classe para estudar seus reivindicações;

b) a comissão de negociação é composta pelos representantes de classe presentes nesta reunião, já mencionados, mais representantes do senhor secretário-chefe da Casa Civil, secretário de Estado da Segurança Pública, Procurador-Geral do estado, Conselho da Polícia Civil e Assembléia Legislativa do Estado;

c) Fica acordado que os estudos necessários à elaboração da mensagem de lei respectiva serão realizadas até o dia 25 de novembro de 2.000, observadas as disposições contidas na lei complementar no 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

d) Fica acordado que a mensagem a que se refere a letra “c” será enviada concomitantemente à mensagem relativa à Polícia Militar do Estado;

e) Fica acordado finalmente que a realização do contido nas alíneas “a” até “d” está condicionada ao encerramento do movimento de paralisação, comprometendo-se os representantes de classe a comunicar ao secretário de Segurança Pública a decisão da categoria até às 12 horas do dia 28 de outubro de 2.000.

Curitiba, 27 de outubro de 2000.

(a) ALCENI GUERRA

Secretário-Chefe da Casa Civil

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO

Secretário da Segurança Pública

JOEL COIMBRA

Procurador-Geral do Estado

LEONIL RIBEIRO

Delegado-Geral da Polícia Civil

PAULO ERNESTO DE ARAÚJO CUNHA

Delegado-Chefe da Divisão

MARCO ANTONIO LAGANA

Dir. do Instituto de Identificação do Paraná

RICARDO CHAB

Deputado Estadual

ALGACI TULIO

Deputado Estadual

WILSON VILLA

Presidente da União da Polícia Civil do Paraná

WILMAR DE MARINO BRASIL JR.

Secretário Geral do Sinclapol do Paraná

ANTONIO CARVALHO

Presidente da Assoc. dos Escrivães de Polícia do Paraná.

WILSON MONTEIRO

Ass. dos Investigadores do Estado do Paraná

VERA LÚCIA HAUT

Pres. Associação dos Dactilocopistas e Identificadores

Dactiloscópicos do Paraná Policial da Capital

JURANDIR ALVES PIRES

2º vice-presidente do Sinclapol Paraná"

Pedidos de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Linaldo Felinto Correa, matrícula 40956, endereço Rua João Amadeu Pedro Bom, 412, bairro Pinheirinho, cidade de Curitiba, remuneração mensal estimada R\$481,69, CPF: 686.187.279-20, telefone: 348-3433, data de nascimento: 03/06/69.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo N61.

(Prot. nº 5808)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Linaldo Felinto Correa

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Luiz Fernando Werneck Andrade, matrícula 40409, endereço Rua Arsezio Correa Lima, bairro Atuba, cidade de Curitiba, CEP: 82.630-130, Paraná, remuneração mensal estimada R\$500,46, CPF: 509.188.349-53, telefone: 356-5801, data de nascimento: 01/06/61.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo N61.

(Prot. nº 5809)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Luiz Fernando Werneck Andrade

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

14ª LEGISLATURA

ATA DA 027ª SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

30 DE OUTUBRO DE 2000

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

Às dezesseis horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

Redação Final do Projeto de Lei nº 223/00, de autoria do deputado Edno Guimarães, fica o Poder Executivo autorizado a executar os serviços de restauração de oito

quilômetros na rodovia municipal de ligação entre a sede e o distrito de Herculândia no município de Ivaté.

ITEM 02

Redação Final do Projeto de Lei nº 273/00, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringá, Apoiando a Recuperação de Vidas - Marev, com sede e foro no município de Maringá.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 273/00
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública A Associação Maringá, Apoiado a Recuperação de Vidas - Marev, com sede e foro no município e Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.10.2000.
(aa) CESAR SELEME - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 324/00, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Escola Pública do Ministério Público do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 31, logo após a Sessão ordinária, com a seguinte.

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 067, 198 e 210/00 e do Projeto de Resolução nº 210/2000.

Levanta-se a sessão.